

2º Ciclo em Filosofia
Ética e Filosofia Política

Hannah Arendt e o Contexto do Totalitarismo no Século XX

Diogo Ribeiro de Amorim Palma Amaro

M

2018



Diogo Ribeiro de Amorim Palma Amaro

Hannah Arendt e o Contexto do Totalitarismo no Século XX

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ética e Filosofia Política orientada pelo(a)
Professor(a) Doutor(a) Sofia Miguens

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2018

Hannah Arendt e o Contexto do Totalitarismo no Século XX

Diogo Ribeiro de Amorim Palma Amaro

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Ética e Filosofia Política, orientada pelo(a)
Professor(a) Doutor(a) Sofia Miguens

Membros do Júri

Professor Doutor Sofia Miguens
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Professor Doutor Maria João Couto
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Professor Doutor João Alberto Pinto
Faculdade de Letras – Universidade do Porto

Classificação obtida: 13 valores

RESUMO

Hannah Arendt nasceu em 1906 em Hanover, na Alemanha. Ela nasceu no seio de uma família secular de judeus alemães. Desde muito nova se começou a interessar por filosofia, teologia e literatura grega.

Assim sendo, ao crescer e estudar na Alemanha, Arendt virá mais tarde a ser testemunha direta do Holocausto liderado por Adolf Hitler e pelo partido Nazista, o que virá a influenciar todo o seu trabalho e foco de investigação.

O termo totalitarismo surge na Europa como denominação dos sistemas políticos autoritários extremistas. No entanto, falamos aqui de sistemas totalitários diferentes dos sistemas autoritários anteriores, já que neste caso o termo surge como definição de um sistema que controla não só o estado, mas a nação. Um dos maiores exemplos deste tipo de sistema foi o nazismo alemão, ao lado do estalinismo soviético.

Hannah Arendt percebeu elementos de grande reflexão neste tipo de governo, o que a leva a abordar a questão política no início do século XX. Escreve *As Origens do Totalitarismo* logo a seguir à 2ª Guerra Mundial. A autora elabora na obra um esquema completo da organização totalitária, desde a sua implantação à propaganda, inclusive o *modus operandi* do sistema, no que toca à manipulação das massas para apropriação do Estado, com vista à dominação total.

A presente dissertação prende-se assim com a investigação sobre o totalitarismo no Século XX, ao lado de uma análise integral da Obra de Hannah Arendt, de forma a compreender o conceito de Totalitarismo, com base naquele que foi um dos maiores genocídios da história.

Palavras-chave: Totalitarismo. Ética. Moralidade. Política.

ABSTRACT

Hannah Arendt was born in 1906 in Hanover, Germany. She was born into a family of German Jews.

From an early age she began to be interested in Greek philosophy, theology and literature. By growing up and studying in Germany, Arendt will later become a direct witness to the Holocaust led by Adolf Hitler and the Nazis, which would later become one of the main focus and influence of her research.

The term totalitarianism emerges in Europe as a denomination of extremist authoritarian political systems. However, I speak here of a different totalitarian system, since in this case the term emerges as a definition of a system that controls not only the state, but the nation. One of the greatest examples of this type of system was German Nazism, alongside Soviet Stalinism.

Hannah Arendt perceived elements of great reflection in this type of government, which leads her to research about this political issue in the early twentieth century. She wrote *The Origins of Totalitarianism* shortly after the World War II. Arendt elaborates a complete outline of totalitarian organization, from its implantation to propaganda, including the modus operandi of the system, in what concerns the manipulation of the masses for the appropriation of the State, with a view to total domination.

In order to understand the concept of Totalitarianism, the present dissertation focus on the investigation of totalitarianism in the 20th century, along with an integral analysis of Hannah Arendt's Work.

Keywords: Totalitarianism. Ethic. Morality. Politics.

Declaração de honra

Declaro que o presente trabalho/tese/dissertação/relatório/... é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Porto, 10-10-2018

Diogo Ribeiro de Amorim Palma Amaro

AGRADECIMENTOS

Ao longo do desenvolvimento da minha tese, foram muitas as pessoas que me apoiaram, tentando sempre suscitar em mim uma abertura ao diálogo, motivando-me para que eu fizesse um tema de que realmente gostasse.

Tenho de agradecer à professora Sofia Miguens, pelo apoio que me deu, pela sua grande disponibilidade em esclarecer as minhas dúvidas.

Um muito obrigado à Carolina, pelo encorajamento que me deu.

Menciono também o apoio da Dra. Fernanda Veiga, pelos seus conselhos úteis e por me ter ajudado a desenvolver a forma da minha escrita, assim como agradeço à Dra. Emília Galvão pelo apoio que me tem dado.

Agradeço também aos meus pais, à minha irmã, à minha avó e restante família, pela forma como me incentivaram e se esforçaram comigo, no sentido de concluir a tese. Também agradeço, de uma forma especial, à Simone Francisco pela ajuda e disponibilidade na organização dos textos da tese.

Dedico a minha tese a todas as pessoas acima mencionadas.

Um bem-haja a todos.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	10
1. APRESENTAÇÃO DA AUTORA E DA SUA OBRA.....	12
2. INFLUÊNCIAS DE HANNAH ARENDT.....	16
3. NOÇÕES DE TRABALHO NA CONDIÇÃO HUMANA	21
4. AS ORIGENS DO TOTALITARISMO	26
4.1 O ANTISSEMITISMO NO GOVERNO TOTALITÁRIO NAZI	30
4.2 O TERROR TOTAL E O HOLOCAUSTO	35
5. O IMPERIALISMO	45
6. TOTALITARISMO E PROPAGANDA - A IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA PARA O MOVIMENTO TOTALITÁRIO	50
7. EICHMANN EM JERUSALÉM.....	59
8. O NAZISMO E A CONTEMPORANEIDADE.....	66
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA.....	77

INTRODUÇÃO

A finalidade desta dissertação é a leitura de algumas obras substanciais de Hannah Arendt. Tenho também como objetivo mostrar a importância da autora para a filosofia política contemporânea, tentando destacar conceitos como o de liberdade, por exemplo. Também o conceito de mal radical é muito abordado nesta dissertação, sobretudo no capítulo “Eichmann em Jerusalém “. Uma obra crucial no estudo da minha dissertação foi “As Origens do Totalitarismo “, que aborda o modo como os regimes totalitários foram despoletados por conceitos como o racismo e o imperialismo. Também a obra “A Condição Humana “foi fundamental, uma vez que discorro sobre aquilo que constitui a vida ativa para Arendt, explorando conceitos como a ação e o discurso. Arendt é crítica em relação à tradicional filosofia política, afirmando a autora que com Platão começa toda uma tradição que privilegia a contemplação, dando um menor valor à experiência e à ação. O labor é a atividade humana diretamente relacionada com a sobrevivência do ser humano, ligado ao domínio biológico, e, portanto, também, à reprodução das espécies; uma vez que essas necessidades não podem ser atendidas de uma vez por todas, elas nunca atingem um fim, nunca deixando nada de permanente no mundo. Uma vez que tem origem na necessidade o labor pode ser entendido como aquela dimensão que representa a ausência de liberdade.

Arendt é crítica em relação a Marx, o qual afirma que o homem se identifica com o animal laborans, uma espécie que se distancia dos animais não pelo seu pensamento, mas pelo seu labor; essa é a posição que Arendt se serve para criticar o próprio Marx, já que para este o animal laborans seria o fim máximo da existência humana. Para Arendt, a transição do labor para o domínio público era um impeditivo da própria liberdade.

O trabalho, para Arendt, é outra dimensão da condição humana, sendo a atividade “correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último “(ARENDT, 2001, p.19). O trabalho, ao contrário do labor, tem um início e um fim bem definidos. São os frutos do trabalho que permitem o estabelecimento de uma comunidade política. O trabalho é exclusivamente humano uma

vez que diz respeito à transformação da natureza através das necessidades humanas, e também ao contrário do labor, o trabalho corresponde a uma dimensão de liberdade porque corresponde às metas do homem. Mas o trabalho não é um fim em si mesmo, o que faz dele um meio para um determinado fim.

Já a ação é aquela dimensão da vida activa que corresponde a uma expressão inalienável da liberdade uma vez que é na ação que o ser humano se dá a conhecer aos outros e, portanto, comprova a sua liberdade. O ser humano é livre porque age, e é através da ação que nós nos distinguimos dos outros, sempre tendo a noção de que somos seres únicos. Exatamente porque o homem é um ser único isso revela a pluralidade e o discurso, que não se podem separar da ação. Para que a ação enquanto discurso se estabeleça é necessário um espaço público que sustente essa mesma condição, sendo que a autora resgata o conceito da polis ateniense para comprovar que os cidadãos se reuniam no espaço público mediante o uso do discurso e da persuasão, sendo com isso estabelecido a liberdade.

A outra obra importante de Arendt, intitulada “Eichmann em Jerusalém: Um Relato sobre a Banalidade do Mal” “permite compreender a dimensão do mal radical, visto na pessoa de Adolf Eichmann, oficial nazi que foi responsável pela morte de milhões de pessoas. Arendt emprega o termo “banalidade do mal” para definir as ações de Eichmann enquanto um dos responsáveis pela “solução final”. A autora acaba por desculpabilizar Eichmann uma vez que não encontra nele qualquer sinal de sadismo ou perversidade; o próprio Eichmann afirmou que nunca tivera nada contra os judeus e que apenas estava a cumprir ordens. Era a sua incapacidade de pensar que o impediu de questionar quaisquer ordens, para além do facto de Eichmann não ter sabido colocar-se no lugar do outro, isto é, ele fazia-se passar por um burocrata.

Trato também de abordar o tema da contemporaneidade, fazendo alusão, ainda que breve, à questão dos refugiados, bem como à comparação entre o regime nazi e a vitória de Donald Trump nas eleições americanas, tentando, de alguma forma, enquadrar a origem dos movimentos extremistas.

APRESENTAÇÃO DA AUTORA E DA SUA OBRA

Hannah Arendt nasceu em 1906 em Hanover, na Alemanha. Ela nasceu no seio de uma família secular de judeus alemães, filha única de Martha Cohn e Paul Arendt, e desde muito nova se começou a interessar por filosofia, teologia e literatura grega. De 1924 até 1929 frequentou a universidade de Marburgo, onde conheceu Heidegger, com o qual viria a estabelecer uma curta, mas intensa relação.

Terá sido Kant quem mais influenciou o pensamento filosófico de Arendt, e, depois da universidade de Marburgo, Arendt foi estudar filosofia para a universidade de Heildeberg, onde, sob a orientação de Karl Jaspers, obteve o grau de doutoramento em 1929 com a tese “O Conceito de Amor em Santo Agostinho “. Nesse mesmo ano casou-se com Gunther Anders, sendo que eles se divorciaram em 1937.

No início dos anos 30, Arendt foi morar para Berlim com Gunther Anders e desempenhou um papel ativo nas atividades políticas do movimento sionista. Em 1933, foi presa pela Gestapo, e nesse mesmo ano deslocou-se para França, onde viveu até 1941.

Foi durante a sua estadia em França que Arendt viria a conhecer o seu segundo marido, Heinrich Bluscher, sendo que a autora manteve amizade com outros refugiados que viviam em Paris, sobretudo Walter Benjamin; este foi um importante filósofo judeu alemão, crítico cultural e ensaísta que viria a fazer parte da família de Arendt através do primeiro casamento daquela com o seu primo Gunther Anders (primo de Benjamin). Em 1937, é-lhe retirada a cidadania alemã. Em maio de 1940, e com a invasão da França pela Alemanha, é feita prisioneira num campo de concentração em Gurs, e em 1941 Arendt é forçada a ir para Nova Iorque, onde é membro ativa de uma comunidade judaico-alemã.

Nos anos 40, já nos Estados Unidos, Arendt seguiu os principais acontecimentos na Europa, quando escreveu “As Origens do Totalitarismo “, obra publicada em 1951. Essa mesma obra é fundamental para se compreender os dois principais movimentos políticos totalitários, o Nazismo e o Estalinismo, descrevendo as origens desses mesmos, tendo como noção o aparecimento do anti- semitismo na Europa ocidental, central e oriental a partir dos inícios até meados do século dezanove; a autora explora também a ideia do Novo Imperialismo, a partir de 1884 até ao início da primeira guerra mundial,

seguido pela explicação, por parte de Arendt, do racismo como ideologia, e a sua aplicação prática desde o início do século dezanove.

“*As Origens do Totalitarismo* “é também uma obra que ilustra o aparecimento de dois regimes inteiramente novos, como o Nazismo na Alemanha e o Estalinismo na Rússia; e precisamente por serem regimes inteiramente novos, Arendt dispensou categorias para explicá-los uma vez que essas não se encontram na tradição da teoria política. Como a autora refere “Os governos totalitários do nosso tempo evoluíram a partir de sistemas unipartidários; sempre que estes se tornavam realmente totalitários, passavam a operar segundo um sistema de valores tão radicalmente diferente de todos os outros que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias- legais, morais ou lógicas – podia mais ajudar-nos a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação” (ARENDT, 2016, p.609).

Baseado na ideologia da " raça superior ", o nazismo atacou as mais básicas características do humano, constituiu-se como uma máquina infernal cujos alvos eram, segundo a sua ideologia, todas as pessoas que constituíam uma ameaça à sua finalidade concreta da conquista do mundo, sendo que os judeus foram aqueles que mais sofreram da violência sem precedentes do Nazismo. Na verdade, tratou-se, pelas próprias circunstâncias em que os judeus morreram, de uma humilhação à sua pessoa, que foi o resultado de um ódio dificilmente assimilável pelas vítimas da guerra.

Para Arendt, e de acordo com a obra “*As Origens do Totalitarismo* “, a solidão foi a condição principal para a formação do governo totalitário; para a autora, a solidão foi indispensável pela perda de emoção por parte dos indivíduos, o que pode explicar o terror causado pelas ideologias totalitárias. Arendt reforça a ideia de que a solidão tem estado presente nos sistemas tirânicos, que aniquilam qualquer relação política. Desse modo, a solidão implica também a perda de contacto com o mundo, sendo que o totalitarismo foi um regime político cujas origens podem ser encontradas a partir da solidão.

Ao longo da obra “*As Origens do Totalitarismo* “, a autora faz, por vezes, importantes pontos de comparação entre ambas as ideologias totalitárias, mostrando aspetos idênticos e diferentes. E, para além disso, esta obra constitui-se como um esforço de realçar as atrocidades cometidas por esses dois regimes, com um profundo lamento pelas suas consequências. Afinal, trata-se de dois regimes inteiramente novos e cuja

brutalidade das suas ações foi responsável pela morte de milhões de pessoas. Sendo Arendt uma autora judia, o impacto da segunda guerra mundial, e mais especificamente o Nazismo, teve uma influência decisiva no seu pensamento. Como a própria Arendt diz, “Este livro foi escrito com mescla do otimismo temerário e do temerário desespero” (ARENDR, 2016, p.X)

Já na década de 60, Arendt publicou uma parte significativa da sua obra, entre elas “A Condição Humana”, “Entre o Passado e o Futuro”, “Sobre a Revolução”, “Eichmann em Jerusalém” e “Sobre a Violência”. A obra “A Condição Humana” é sobretudo uma obra que explora os conceitos de vida ativa em contraste com a vida contemplativa, sendo que os filósofos antigos defendiam uma superioridade da vida contemplativa sobre a vida ativa; nesta ela distingue três tipos de atividade (o labor, o trabalho e a ação), enquadrando-os na história da filosofia ocidental, afirmando a autora que a vida contemplativa não é superior nem inferior à vida ativa, sendo que ambas remetem-se para domínios diferentes. O labor refere-se às necessidades biológicas do ser humano, servindo para garantir a sobrevivência e reprodução das espécies; essas mesmas necessidades, para Arendt, não atendem a um fim nem são necessidades de longa duração, isto quer dizer que elas são rapidamente consumidas. A autora defende que o labor estava presente na antiguidade, nomeadamente na vida dos escravos; estes teriam uma vida desprezível justamente porque eram eles que executavam o labor, um processo cíclico e fútil, mas necessário, como Arendt diz “..., trabalhavam como escravos para prover o próprio sustento e o dos seus senhores...” (ARENDR, 2007, p.91), da mesma forma que na modernidade as pessoas caracterizam-se pelo labor, isto é, também elas são detentoras de atividades e necessitam de realizar os seus trabalhos para, desse modo, atenderem às suas necessidades.

Segundo Arendt. “Os antigos raciocinavam de outra forma: achavam necessário ter escravos em virtude da natureza servil de todas as ocupações que servissem às necessidades de manutenção da vida” (ARENDR, 2001, p.109) e “Laborar significava ser escravizado pela necessidade, escravidão esta inerente às condições da vida humana” (ARENDR, 2001, p.109). Já o trabalho, para a autora, tem um início e fim bem definidos; muito mais do que um objeto de consumo, o trabalho surge por detrás de um

objeto durável, ele envolve uma dimensão de violência uma vez que parte da transformação da natureza para dar origem a um produto final. Por último, a ação é o meio pelo qual os indivíduos dão-se a descobrir aos outros; através da ação o ser humano revela-se como um ser distinto e único, sendo que a ação e o discurso dão-se sempre entre os humanos e diretamente entre eles, formando as relações humanas. A ação contém também em si um elemento de imprevisibilidade, que escapa aquilo que pode ser antecipado pelo ser humano, sendo a condição política por excelência.

Um conceito fundamental em Hannah Arendt é o espaço público, espaço esse que se dá por meio da interação entre os indivíduos e pelo discurso; essa possibilidade de interação entre os indivíduos serve também para uma pessoa (não importa qual) reconhecer numa outra uma visão do mundo e, portanto, também para a primeira reconhecer nela própria a sua essência de humano. A interação entre os indivíduos numa comunidade dá-se pela convivência, condição imprescindível para a realização da felicidade, quando as pessoas estabelecem esforços coletivos convergentes na comunidade; esses esforços coletivos são impedidos de se exercerem numa sociedade totalitária, pois nela há a importante premissa de que uns indivíduos são melhores que os outros, e que é legítimo recorrer a todos os meios possíveis para aniquilar os “indesejados”.

Outra importante obra de Arendt é “Eichmann em Jerusalém”, na qual a autora defende o importante conceito de “banalidade do mal” para referir que Eichmann não possuía culpa pelas suas ações, mas que era apenas um oficial que estava a cumprir ordens de Hitler. Para a autora, Eichmann não compreendeu o imperativo categórico de Kant, uma vez que ele não reconheceu a “regra de ouro” e o princípio de reciprocidade implícito nele; o imperativo categórico de Kant significa o dever de todo o indivíduo agir em consonância com os princípios que considera que seriam benéficos se fossem seguidos por todos os outros indivíduos. Com esta obra Arendt torna-se uma autora polêmica, sobretudo entre a comunidade judaica, que considera Arendt uma autora fria, quase incapaz de mostrar compaixão pelas vítimas do Holocausto.

Arendt viria a morrer em 1975.

INFLUÊNCIAS DE HANNAH ARENDT

Hannah Arendt, desde cedo se preocupou em compreender o mundo; o problema da existência era particularmente importante para a autora. No momento em que Arendt escreve a sua dissertação estava interessada em compreender o conceito de amor tal como ele é explorado por Santo Agostinho. Este foi uma das principais influências para o pensamento de Arendt, sendo que a autora queria compreender mais, não sobre o Agostinho enquanto teólogo, mas sobre o Agostinho como filósofo. E, no que diz respeito ao conceito de amor, Arendt estava sobretudo preocupada com o conceito de amor ao próximo, mas há também outros conceitos que ela explorou, como *amor mundi*, ou amor ao mundo, e o de nascimento, início/começo e memória.

Arendt encontra dois tipos de amor no pensamento agostiniano, a *caritas* e a *cupiditas*. *Caritas* é o amor certo, enquanto *Cupiditas* é o amor errado, mas ambos possuem em comum uma ânsia desejosa, isto é, *appetitus*. A *Caritas* revela-se no amor a Deus, na eternidade, enquanto a *Cupiditas* ama as coisas do mundo. Ainda assim, esses dois tipos de amor têm em comum o facto de representarem um desejo que está para além do poder do homem alcançar e, portanto, estão privados de liberdade.

Ao pensar sobre Agostinho, Arendt queria encontrar uma solução pelo facto de ela, uma autora judia, se encontrar numa sociedade não-judia como a alemã. Arendt irá então encontrar no conceito de amor ao próximo a sua solução. Hannah Arendt partiu da suposição de que o amor é criado pela posição do cristão frente a Deus, ao próximo e a si mesmo. Para a autora o amor como desejo e cupidez seria uma concepção pré-teológica enquanto que o amor como relação ao próximo seria uma concepção teológica.

Na primeira parte da sua tese intitulada “O Conceito de Amor em Santo Agostinho” Arendt trata o amor como desejo, afirmando que a finalidade da concepção agostiniana da existência humana é a felicidade; esta seria não apenas a posse do bem, mas também a sua possibilidade de não-perda. Em Agostinho há um importante exercício de introspecção da busca de Deus dentro de si mesmo; essa introspecção é uma curiosa contribuição de Agostinho para a fé cristã. A ligação com o Criador é mais detalhada na tese sobre Santo Agostinho.

Na segunda parte da tese, Arendt dá um contributo para a análise do amor na relação entre o Homem e o seu Criador, afirmando a dependência da criatura pelo Criador. Neste capítulo, Arendt explica como a fé é o conceito central da vida do homem.

A procura da felicidade está relacionada com o Criador, ao momento da criação, isto é, ao passado. Se se lembrar da fonte da existência é possível ser-se feliz; essa fonte está ligada a toda a humanidade, uma vez que, pela criação de Adão, reconhecemo-nos como irmãos de um mesmo pai. Todavia, o pecado original levou o Homem a ter medo da morte e da perda do objeto de desejo.

A memória é um conceito central em Agostinho; sem a memória não pode haver o caminho para o Criador, e é através da memória que a alma reflete sobre a sua origem e se prepara para constituir uma comunidade. A memória liga nascimento e temporalidade, uma vez que a memória é o “espaço” entre o passado e o futuro na qual se dá a procura pelo Criador. Uma das ligações com a memória que Arendt estabelece é o conceito de natalidade, conceito que Arendt explora na “Condição Humana”; através da natalidade há a gratidão pela vida ter sido dada como fonte de recordação, sendo que através da recordação o homem é capaz de agir como iniciador.

Outro conceito importante na dissertação da Arendt é o conceito de início, ao qual a autora estabelece também uma ligação com a natalidade, ligação essa que Arendt só vai incluir muitos anos depois aquando da revisão do texto original. A natalidade é um conceito central no pensamento de Arendt uma vez que é fundamental para o entendimento que a autora faz do domínio público; na versão original o conceito de natalidade já se encontra definido, sendo que na revisão a autora acrescenta novo material que lhe permite desenvolver esse mesmo conceito.

Outra importante influência de Arendt foi Platão, e a negação platónica da pluralidade ocupa em Arendt uma importante dimensão. Com Platão começa a tradição hostil à política, sendo que Arendt procura naquele a distinção entre verdade e opinião. Segundo Arendt, Platão nega a liberdade uma vez que, no domínio dos assuntos humanos, a verdade é sempre relativa e aberta ao debate. O conceito oposto da verdade é a *doxa*, conceito esse que Arendt explora. A *doxa* é relativa e não é absoluta, uma vez que cada um vê o mundo à sua maneira, ela é a “abertura do mundo” de cada um.

Com a morte de Sócrates, Platão assume uma posição radical diante da morte do seu mestre, primeiro porque foi a polis que matou o seu mestre, havendo também uma decepção com o seu mestre, uma vez que a retórica que ensinava aos outros não o impediu de se livrar das acusações que lhe eram feitas. Então, Platão começou a separar a política da filosofia, colocando a filosofia num sítio privilegiado, fazendo com que a política estivesse subordinada a ela. Esse espaço entre filosofia e política jamais tinha sido aberto antes, sendo que Arendt sublinha que Platão nunca quis esquecer a política, mas apenas que ele remeteu a política para segundo plano.

Arendt dialoga constantemente com a tradição, e se retoma alguns diálogos é para demonstrar a ideia de que os pensamentos de Platão relativamente à polis foram resultado da ocasião que levou Sócrates à morte. Para a autora, Platão foi encontrando cada vez mais provas que confirmavam a dimensão positiva da filosofia e a decadência da política, até porque a democracia era para Platão quase a pior forma de governo, estando só a frente dele a tirania.

Segundo a autora, a política implica que o cidadão fique livre das necessidades básicas, e é quando fica livre delas que pode dedicar o seu tempo à política, mas não se pode incluí-la na filosofia, a qual exige também tempo útil. Enquanto que para Platão a política está ligada às coisas terrenas e materiais, a filosofia está ligada ao mundo das ideias. Platão afirma que a atividade do filósofo implica que ele abdique de certos elementos de um tipo de forma de vida, sendo que Arendt discorda, em alguns momentos, de Platão, o qual defende que o filosofar implica estar só em vez de estar com os outros, mas o objetivo de Arendt não é deitar por terra toda a teoria platônica, mesmo sabendo que Platão foi o primeiro autor a separar a filosofia da política.

Arendt sublinha que o filosofar mantém-se fora do mundo das aparências, sendo até mesmo oposto a ele, sendo que o “aparecer” representa o facto de se ser lembrado, e é o que faz com que os homens convivam uns com os outros, sendo que Arendt chegou à conclusão de que o modo de vida do filósofo dá-se na solidão, porque fora do mundo das aparências.

Uma interpretação curiosa de Arendt é a distinção entre poder e violência, pela qual dá uma definição de autoridade, sendo que o riso é o elemento mais forte que permite

desacreditar em alguém ou de lhe retirar autoridade. Quando eu rio de alguém estou a tirar a autoridade em alguém, mostrando falta de respeito. Segundo Platão, o filósofo tinha autoridade, na qual o próprio filósofo mantinha relação com as outras pessoas.

A tirania era um sistema tão avesso a Platão, que o próprio foi três vezes a Siracusa, tentando convencer Dionísio, o tirano, a desenvolver os seus estudos em filosofia, para desse modo sair da condição de tirano. Mas parece que se Dionísio tivesse seguido o conselho de Platão ele poderia dominar ainda mais como tirano. Por vezes, a formação na Academia estava tão concentrada na pura filosofia que se esquecia o domínio da política, o que pode explicar que Platão também tivesse criado oradores mentirosos, para além daqueles homens cultos. Para Platão, tratava-se de os filósofos conquistarem o poder ou a política ser estudada pela filosofia.

Platão arriscara, por diversas vezes, a sua vida para tentar melhorar o estado da política, tendo defendido que a filosofia serviria para travar os problemas ligados à corrupção, que desde a antiguidade abalam a política. Alguns comentadores sublinham, de facto, a intenção de Platão em agir contra a tirania, e um dos seus esforços foi, de facto, tentar melhorar a situação da Sicília ao educar Dionísio através da filosofia. Evidentemente, para Platão, a tirania era a pior forma de governo, como forma degenerada da democracia, representando ambos dois extremos, isto é, o extremo da servidão é fruto do extremo da liberdade, sendo que a melhor forma de governo seria a monarquia. Já Arendt viu uma aproximação entre tirania e monarquia, especificamente aquela monarquia na qual domina o rei filósofo; a autora é sobretudo crítica relativamente à pretensão do filósofo de achar que atingiu a *episteme* e pensar que se encontra num plano daqueles que possuem apenas a *doxa*. Arendt sublinha, sobretudo, não tanto a servidão, mas mais a imposição do filósofo. O rei filósofo não corre o risco de lhe faltarem ao respeito, aqui o importante é a aquisição da verdade como forma de destruir a *doxa*.

A morte de Sócrates desacreditou, de facto, Platão da política, o qual estava também desacreditado pela forma com a qual Sócrates ensinava as outras pessoas, uma vez que a sua própria retórica não o impediu de ser condenado à morte. Desse modo, as pessoas não viam forma de respeitar Sócrates como sábio, ao contrário daqueles que reconheciam mérito nele, como Platão.

Já para Kant, a política seria o conjunto englobado pela racionalidade e inclinações naturais; a ideia de progresso, em Kant, supõe a ativação da atividade racional do indivíduo enquanto ser racional. Arendt e Kant não partilham do mesmo conceito de história; enquanto que em Kant há a visão denominada *Weltgeschichte*, aquela que segue um fio condutor, para Arendt há uma historiografia fragmentada. Em Arendt isso significa um elemento de imprevisibilidade, uma vez que ela está preocupada com processos que conduzam alterações nas relações entre os homens.

Em Arendt há uma ligação entre arte e política uma vez que ambas são fenómenos do mundo público, o que pressupõe a ligação entre a política e o juízo. Para Arendt o juízo não se baseia em generalidades, mas em particularidades, e o juízo e a política não requerem normas nem imperativos. Para além disso, há um outro conceito importante no pensamento de Arendt, isto é, a pluralidade de horizontes. A política só faz sentido se permitir que as ações sejam marcadas pelos homens no plural, e é essa condição de pluralidade que permite a liberdade das ações humanas.

O sentido político em Arendt é aquele que estabelece um fim em si mesmo; a política e a ação não estão ligadas a uma finalidade instrumental. A ação, tal como a arte, engloba um estado de liberdade, e é a partir do desinteresse que se dá a possibilidade de ligar algo ao *sensus communis*. Para Arendt, a contradição seria cair no isolamento, pois esse mesmo isolamento levaria à perda da pluralidade.

Aquilo a partir da qual se pode alcançar a comunicabilidade e a liberdade criativa é o pensar alargado; somente esse pensamento alargado permite uma racionalidade intersubjetiva e onde a relação com os outros se dá a garantia da liberdade. O pensar alargado permite debate e reflexão, estando na origem da novidade.

NOÇÕES DE TRABALHO NA CONDIÇÃO HUMANA

Para Arendt, o trabalho é a “atividade correspondente ao artificialismo da existência humana, existência esta não necessariamente contida no eterno ciclo vital da espécie, e cuja mortalidade não é compensada por este último” (ARENDT,2001, p.19).

O trabalho tem como objetivo atender às necessidades básicas da vida e não deixa nenhuma marca durável uma vez que o produto do trabalho desaparece no consumo. O trabalho não se identifica com a pluralidade humana, e permite a criação de objetos e a transformação da natureza.

Na antiguidade, o trabalho fazia parte do modo de vida do escravo, uma atividade que, portanto, não era reconhecida como humana, mas na contemporaneidade o trabalho não é apenas uma atividade que garante a existência física do indivíduo, mas também uma atividade que o transforma naquilo que ele produziu. Também na antiguidade os homens livres não trabalhavam, pois usavam o seu tempo para as questões da polis e da política.

A autora defende que para os atenienses e principalmente para os romanos era importante a distinção entre esfera pública e privada; elas só funcionavam na coexistência, na medida em que a esfera privada não devia ser violada, mas Arendt dá também importância à esfera pública, pois as atividades humanas dependem de ambas para serem concretizadas.

Se o trabalho corresponde à própria vida, já a obra ou fabricação “produz um mundo “artificial” de objetos, distinto do meio natural; a fabricação destina-se a sobreviver e a transcender todas as vidas individuais. A sua condição humana é pertencer ao mundo, isto é, a sua mundanidade; é uma atividade que se constitui por um começo preciso e um fim determinado, isto é, é um objeto durável, que não é imediatamente consumido, sendo utilizado para fins que não são necessariamente os da vida biológica. Já a ação “corresponde à condição humana da pluralidade, ao facto de que os homens, e não o Homem, vivem na terra e habitam o mundo” (ARENDT,2001, p. 20); enquanto o trabalho e a fabricação remetem-se para uma dimensão contrária à pluralidade humana, a

condição da ação é a própria pluralidade. A ação está ligada ao discurso e ambos são sempre estabelecidos entre os homens e diretamente entre eles, o que gera as relações humanas, indo para além daquilo que se consegue antecipar. A condição da ação é a pluralidade “pelo facto de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista ou venha a existir” (ARENDT,2001, p.20).

Das três atividades, a ação é a que se liga mais à condição humana da natalidade, isto é, no facto de cada nascimento representar uma capacidade nova de agir, e Arendt refere que, de algum modo, “todas as atividades humanas possuem um elemento de ação e, portanto, de natalidade” (ARENDT,2001, p.21).

Enquanto o trabalho corresponde à atividade que possibilita a manutenção do organismo vivo, a fabricação está ligada às coisas que a humanidade produz para fins não estritamente ligados ao metabolismo humano. Por garantir a própria subsistência, o trabalho tem carácter cíclico e é interminável; já a fabricação não é cíclica e tem um início e fim determinados. Relacionando-se com a mortalidade, o trabalho garante a sobrevivência do indivíduo e ao garantir essa sobrevivência confere a imortalidade à humanidade. Para além disso, o trabalho concretiza-se na coletividade, isto é, na família e em casa, ao contrário da fabricação, que se efetua no isolamento, uma vez que ela não necessita da convivência.

O trabalho é a atividade antipolítica por excelência, que necessita apenas da convivência para manter os corpos vivos; essa característica do trabalho fornece um carácter de uniformidade e de homogeneidade. Desse modo, o trabalho implica uma perda da singularidade e da subjetividade humanas. No trabalho, há um ritmo repetitivo e cíclico do corpo, cujas ferramentas diferem daquelas do homo faber; mas na modernidade, e essa é uma contraposição, as ferramentas fruto da obra perdem a característica de durabilidade.

Hannah Arendt centra-se sobre a noção de Locke ao trabalho; para aquele, o trabalho tem um carácter privado; esse carácter privado contrasta com o carácter social do trabalho para os modernos. Na obra de Marx, não há qualquer distinção entre trabalho e obra; ora, é a ausência em Marx dessa distinção que Arendt vai criticar. Para Arendt, não foi essa distinção entre trabalho e obra que fez com que o domínio político fosse

valorizado na Antiguidade, mas a distinção entre o privado e o público.

Na era moderna, há uma indistinção entre privado e público, mas sobretudo a socialização do trabalho e a confusão entre o social e o político provocaram uma descrença na possibilidade de um mundo comum. Para Arendt, foi o capitalismo que deu origem à noção moderna de trabalho, e, segundo Marx, a categoria “abstrata “de trabalho é uma categoria moderna.

Para Arendt, quando o homem isolado se transforma em animal laborans, ele torna-se um homem solitário, pois o seu único objetivo é manter-se vivo, isolando-se, desse modo, dos outros seres humanos. Não só a esfera pública é destruída com a solidão como também é aniquilada a esfera privada, o que faz com que o indivíduo sinta que não mais pertence ao mundo.

Segundo Arendt, o material que se obtém com o trabalho “já é um produto das mãos humanas que o retiram da sua localização natural,” (ARENDT, 2001, p.179). Para a autora há um elemento de violação e de violência que está presente no processo de fabricação, sendo que o homo faber sempre foi um destruidor da natureza, e a solidez das coisas resulta da força empregada pelo homem. Na fabricação pode haver uma alteração na posição dos meios e fins no sentido em que o fim pode ser um meio num outro contexto. Os produtos resultados da mão humana podem-se tornar meios na lógica de poderem ser trocados para tornar a vida mais cômoda. Quando as coisas se tornam meios elas perdem o seu próprio valor.

Para a autora, “as coisas do mundo têm a função de estabilizar a vida humana” (ARENDT, 2001, p.176), e o ser humano é o construtor de um mundo que é construído dentro de um ambiente natural para se proteger dele, sendo que aí reside a dimensão “objetiva” da natureza. O homo faber é, na sua essência, um destruidor da natureza, imprimindo um elemento de violação e violência. Como diz Arendt, “só o homo faber se porta como amo e senhor de toda a terra “. (ARENDT, 2001, p.179). É essa violência que imprime a mais básica sensação da força humana, que se distingue do esforço experimentado no labor. O homem, no trabalho, pode experimentar uma sensação de contentamento e segurança, e dar-lhe confiança necessária para toda a vida, diferente das sensações do labor, que apesar de poderem ser intensas são passageiras.

Se o animal laborans é indiferente ao mundo e, por isso, incapaz de se ligar a uma esfera pública, já o homo faber é capaz de ter a sua própria esfera pública. Diz Arendt, “A esfera pública do homo faber é o mercado das trocas, donde ele pode exhibir os produtos da sua mão e receber a estima que merece “(ARENDT, 2001, p.200). É nesse mercado das trocas que as pessoas se podem relacionar umas com as outras, mas sabendo sempre que é no isolamento que o homo faber produz os seus produtos, “... sem isolamento nenhum trabalho pode ser produzido “(ARENDT, 2001, p.201). Contudo, foi a esfera pública que constituiu uma ameaça a esse isolamento, onde as outras pessoas querem ser constituídas como artífices, aniquilando, desse modo, as noções de competência e excelência.

As mulheres e os trabalhadores eram mantidos fora da esfera pública uma vez que se dedicavam às funções corporais, sendo que a desigualdade fazia parte dessa esfera. Era o homem quem mandava, e nem a lei ou a justiça o limitava. A mulher era considerada propriedade do homem, assim como o escravo. O domínio do homem era tido como princípio pré-político, ligado à esfera privada. Essa desigualdade contrasta com o momento em que o homem deixava o lar e ingressava na esfera política, onde todos eram considerados iguais, e só na esfera pública é que era exercida a verdadeira liberdade.

Assim, dentro da esfera da família, a liberdade não existia, pois, o chefe da família, que era o seu dominante, só era considerado livre na medida em que tinha a faculdade de deixar o lar e ingressar na esfera política, onde todos eram iguais. (ARENDT, 2001, p.47)

Para Arendt, a polis distanciava-se da família uma vez que só conhecia categorias “iguais”, enquanto a última “era o centro da mais severa desigualdade “(ARENDT, 2001, P.47). De facto, a liberdade implicava não estar sujeito às ordens de outro nem ordenar, e não significava domínio. Somente na esfera pública era exercida a verdadeira liberdade, e a participação política era a essência daquela; era através da ação (Arendt, 2016) e do discurso que o homem podia ser considerado livre.

A participação na esfera pública proporcionava a imortalidade, e segundo Arendt o

homem expressa-se através da doxa -a sua opinião-, tal como ele é revelado. Na esfera pública, portanto, o homem pode dar-se a conhecer aos outros e manifestar-se, sendo que é na ação e no discurso que a pessoa se revela. A ação significa aparecer aos outros, é através dela que o homem se insere no mundo, sendo que essa inclusão é como um segundo nascimento, pela sua capacidade de iniciar algo novo. Também a ação leva à recordação, isto é, à história, sendo que o agente da ação é revelado, mesmo estando desaparecido, porque há outros que relatam a sua história.

AS ORIGENS DO TOTALITARISMO

Para Arendt, o totalitarismo “é uma forma de domínio radicalmente nova porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o assim estranho ao mundo e privando-o do seu próprio eu”.

Para estudar a questão do sistema totalitário a fundo, a autora baseia-se no contexto sociocultural e político em que este cresce e se desenvolve.

Considera a autora que o totalitarismo não tem como base os sistemas totalitários conhecidos até então, pois neste caso o termo surge como uma erradicação da tradição política. O que a autora procura é não só perceber o surgimento do sistema totalitário, mas também as condições que permitiram a sua aceitação no núcleo social. Arendt conclui em relação a esta questão que os regimes totalitários surgem através do conjunto das alterações políticas consequentes das Primeira Grande Guerra, em que houve uma total divisão das ideologias filosóficas e políticas, dando desta forma espaço a ideias de soberania já com base no pensamento da antiguidade que vinham agora dar espaço à implementação dos sistemas totalitários.

O futuro, para Arendt, é imprevisível, sendo necessário um novo conjunto de leis que protejam toda a humanidade, permitindo, com isso, que se saia da ruína provocada pela segunda guerra mundial, fugindo à arbitrariedade com que se constrói a política e se implemente um sistema que dê voz a todas as pessoas, resultando daí uma atitude humanista e igualitária, em que os mais desprotegidos se possam erguer e ter o direito à participação política. Já o passado, segundo Arendt, por muitos abismos que tenha produzido, não pode ser esquecido, isto é, não se pode lembrar só o que de bom aconteceu no passado, importando que não se esqueça das atrocidades cometidas, para, e num gesto político de humildade, elas não voltarem a acontecer. Afinal de contas, o passado é importante, para que, refletindo sobre ele, se garanta um presente sustentável e pacífico. Nunca tantas vezes a palavra paz tinha sido tão posta em causa como na segunda guerra mundial, como nunca antes tantas pessoas tinham morrido numa só guerra, e nunca se

tinha criado tanta raiva a um povo que nada tinha a ver com o pesado destino que viria a sofrer.

Para Hannah Arendt, o “totalitarismo surge como a caracterização de um fanatismo ideológico que retira aos seus adeptos o próprio sentido das realidades” (POLIN, 1982, p.31) e, segundo Claude Polin, um sistema totalitário é “um delírio coletivo, que culmina numa espécie de fúria destruidora, da qual as derradeiras convulsões do III Reich dão uma imagem bastante apocalíptica, mas essencialmente fiel, e que finalmente não difere muito de um niilismo puro e simples” (POLIN, 1982, p.31). De facto, é o niilismo que impulsiona o totalitarismo, mas Arendt coloca entre parênteses o conteúdo das ideologias que deram origem aos regimes totalitários.

O princípio do totalitarismo é aquilo que J.L. Talmon designou por messianismo democrático, isto é, a esperança de um futuro radioso; mas esse messianismo é impaciente porque quer, a todo o custo, transformar a realidade para que, dessa forma, ela atenda às previsões estabelecidas. O totalitarismo é uma ideocracia porque compreende um poderoso monopólio da violência. O poder do totalitarismo está investido de uma loucura porque quer transformar o homem à sua imagem, sendo essa a sua utopia.

Para Raymond Aron o fenómeno totalitário é definido pelas seguintes características: o monopólio da atividade política por um partido, a existência de uma ideologia monopolística, o monopólio dos meios de força e dos meios de persuasão, a subordinação das atividades económicas e profissionais à ideologia e à política do partido e, por último, o terror simultaneamente policial e ideológico.

Há quem pense que o totalitarismo é uma versão moderna do antigo despotismo asiático, quando, na verdade, há diferenças entre os dois sistemas, e Raymond Aron compara o totalitarismo nazi e o totalitarismo soviético, concluindo que a ideologia nazi era naturalmente perversa, enquanto “o comunismo tornou-se totalitário sob o impulso das forças involuntariamente libertadas pela ideologia marxista” (POLIN, 1982, p.35). Para Raymond Aron, o poder é o motor do mal e este existe porque os homens esquecem-se da razão pela qual lhes foi dado o poder.

Claude Polin defende que o marxismo é cúmplice da tirania, como se tivesse constituído como a religião do próprio Estado, constituindo-se como o promotor da tirania

entre os homens. Há a imagem mental do Estado criado nas cabeças dos homens, sendo que essa foi uma função do marxismo. Ainda para o mesmo autor, o totalitarismo é o pior de todos os regimes uma vez que é o mais absoluto de todos. Para Polin, as diferentes interpretações do fenómeno totalitário “não são diferentes como parecem e nenhuma consegue apontar uma diferença de *natureza* entre qualquer forma de despotismo e o despotismo totalitário” (POLIN, 1982, p.39).

Para Julien Freund o que constitui o totalitarismo é a vontade de poder, mais especificamente a vontade de poder de uma fração da coletividade. Também para esse autor o “pensamento totalitário é um pensamento inimigo do Estado, pois já não é o Estado o poder político soberano, mas uma vontade privada, a do partido e, por seu intermédio, a do autocrata.” (Polin, 1982, p.37).

Onde quer que tenha agido, o totalitarismo destruiu a essência do Homem, e aniquilou o seu discurso, que é tão importante para a formação da convicção pessoal. Talvez o movimento totalitário não tivesse sido levado a sério pelos judeus, que pensavam que se tratava de meras ocorrências do momento, mas foi talvez essa subestimação que deu origem ao terror da máquina totalitária.

Para Claude Polin, todas as hierarquias podiam ser sabotadas por Hitler, isto é, “o nazismo não era tanto a ditadura de um partido como a mobilização permanente de todos num movimento sem direção definida de uma vez por todas, porque ditada pela vontade, ela própria incessantemente movediça, do Fuhrer” (Polin, 1982, p.65).

O regime nazi revestia-se de um teatralismo, tendo como vontade, sob a liderança de Hitler, militarizar o domínio civil, procedendo à exaltação patriótica bem como ao gosto alemão pela ordem e pelo coletivo, sendo que “havia a intenção de abolir a distância entre o governante e os governados, entre o chefe e os seus subordinados” (Polin, 1982, p.66).

A ideologia nacional-socialista continha elementos de nostalgia, nostalgia essa da grandeza germânica partilhada por muitos alemães; esse elemento de nostalgia conseguiu conquistar o apoio dos meios sociais “sem qualquer inclinação para o nacional-socialismo propriamente dito”.

O racismo atraiu as massas de duas maneiras: uma foi que lhes restituiu o sentimento de unidade, a outra tornava possível o aparecimento de novas relações humanas e sociais, de novas normas e novas perspectivas de vida.

É uma ilusão para os governados acharem que podem constituir com Hitler um corpo único uma vez que o líder se torna livre para fazer o que bem entender, sendo que é da vontade do líder impulsionar as organizações que têm como função juntar pessoas.

O totalitarismo parece constituir uma tirania de um novo género, oprimindo todas as pessoas e requerendo também a participação de todas elas. Outra ideia a ter em conta “é que os únicos regimes totalitários existentes nos nossos dias apresentam os mesmos objetivos que as sociedades que lhes são mais hostis...”.

Claude Polin defende a ideia de que não é no plano da ciência política que se deve situar para se compreender o totalitarismo. Pelo contrário, vai começando a haver uma consciência de que ele não é um facto político ou social, sendo que só pode ser compreendido no plano filosófico, e foi nesse mesmo plano que se deram as primeiras tentativas de denúncia do totalitarismo. Este pode surgir a qualquer momento na história da humanidade, isto é, afetar a sociedade humana.

Para Polin¹, as sociedades industriais, tal como os regimes democráticos, podem ter duas versões, a versão liberal e a versão totalitária, sendo que a sociedade industrial pode ser definida como uma sociedade que é votada através de uma organização que é a divisão do trabalho. “Os homens souberam dividir entre si, no interior de uma mesma sociedade, diferentes ofícios, complementares uns dos outros” (Polin, 1982, p.102.).

Aquilo que desperta o totalitarismo não deve ser procurado no exterior do indivíduo, mas no seu interior, sendo que “o poder totalitário é, antes de mais, o poder de todos sobre todos, tal como a tirania totalitária é, antes de mais, a tirania de todos sobre todos: o verdadeiro fundamento do poder daqueles que estão no topo da hierarquia é o poder daqueles que constituem a sua base” (Polin, 1982, p.107).

Enquanto nos antigos regimes despóticos existia um jugo imposto por alguns homens a outros, nos regimes totalitários todos são cúmplices de uma opressão, sendo que todos acham que podem vir a beneficiar desses mesmos regimes; no regime nazi, não

¹ Polin, Neves, 1982.

existe adversários políticos, mas raças inferiores. Segundo Polin, o totalitarismo comunista ainda é pior que o nazismo uma vez que “desperta o pequeno tirano que existe em cada homem e ao fazê-lo volta as pessoas umas contra as outras” (Polin, 1982, p.111).

Parece ser uma tendência o facto de o totalitarismo se implementar nos países não desenvolvidos, isto é, aqueles países que não conhecem a estrutura social dos países industrializados. Também as sociedades totalitárias são instáveis, frágeis, sendo agitadas periodicamente por convulsões.

O ANTISSEMITISMO NO GOVERNO TOTALITÁRIO NAZI

Uma das explicações dadas por Hannah Arendt para explicar o surgimento do anti-semitismo tem que ver com o conceito de nacionalismo e de xenofobia, que de alguma maneira caracterizavam também o fenómeno imperialista no século dezanove. O anti-semitismo ganhava força assim que o nacionalismo tradicional perdia coerência, “... tendo atingido o seu clímax no momento em que o sistema europeu de Estados-nação, com o seu precário equilíbrio de poder, entrara em declínio” (ARENDT, 2016, p.3 e 4).

Digamos que o nacionalismo nazi, pelo modo como chegava às massas, era idêntico ao nacionalismo soviético, servindo-se ambos os movimentos de uma coerente propaganda que apelava para a incultura do povo, para as suas mais básicas emoções. Ora, é exatamente essa propaganda que explica também o sucesso dessas duas ideologias, desde o momento em que se constituem como movimentos políticos até se constituírem como regime de poder; antes de mais, e no caso especificamente nazi, Hitler, através de uma teatralidade na oratória que a quase todos seduzia e comovia, pretendia desde o início implementar uma máquina estatal que pusesse em marcha toda a ideologia por ele defendida em “ A Minha Luta “, sendo esta obra particularmente e profundamente anti-

semita.

Para Hannah Arendt, e de acordo com Tocqueville, o anti-semitismo aparece assim que as massas francesas se rebelam contra a aristocracia francesa, pois a perda da sua ligação com o Estado não foi acompanhada por uma redução da sua riqueza; os nobres, ao perderem os seus privilégios, levaram ao descontentamento das massas pois eles eram vistos como parasitas sociais, sem contribuírem para a evolução do Estado.

O principal momento de consolidação do anti-semitismo deu-se, desse modo, quando, como Arendt diz, “... os judeus haviam, de modo análogo, perdido as funções públicas e a influência quando, desse modo, nada lhes restava senão sua riqueza” (ARENDT, 2016, p.5). Se os judeus ricos tivessem mantido a sua ligação com o Estado eles não seriam vistos com tantas suspeitas pelas classes, pois nessa ligação com o Estado e mantendo o status que já tinham, havia o serviço do oprimido para com o opressor, isto é, os judeus conseguiam certa utilidade social para o Estado.

Tocqueville foi um diplomata, cientista político e historiador que sublinhou a importância da Revolução Francesa em modernizar e centralizar o Estado Francês.

Segundo Hannah Arendt, o que diferenciou os regimes totalitários das tiranias tradicionais foi o modo como os primeiros tentaram controlar, ao mais pequeno detalhe, a vida das pessoas, mesmo sabendo que o bode expiatório criado pelos arianos atribuía uma objetiva e completa inocência às vítimas, ao contrário do regime soviético, que, em princípio e teoricamente, não admitia a perseguição e tortura de pessoas inocentes, sendo que essa será talvez uma das principais diferenças entre o Nazismo e o Estalinismo. O terror usado contra as vítimas atinge o seu clímax só na última fase do governo totalitário, quando os judeus(como no caso nazi) são deportados para os campos de concentração, e quando se espera, segundo a perspectiva ariana, que essa mesma situação ponha em prática as leis da natureza(aqui a teoria de Darwin é importante) que indicam que a raça mais resiliente(neste caso a ariana) deve destruir as raças mais fracas, sendo que primeiro a própria raça mais resiliente submete ao seu controlo e poder essas mesmas raças mais fracas.

Para a autora, “o aparecimento e o crescimento do anti-semitismo moderno foram concomitantes e interligados à assimilação judaica e ao processo de secularização e

definhamento dos antigos valores religiosos e espirituais do judaísmo” (ARENDT, 2016, p.9). Contudo, esse mesmo definhamento que Arendt refere pode não ter preparado o povo judeu para o que vinha a seguir, pois eles eram ignorantes da sua própria história, querendo antes acreditar, subestimando simultaneamente o movimento nazi, que o ódio por eles nutrido pelos arianos era mera habilidade de propaganda.

O imperialismo preparou as bases do totalitarismo, no momento em que o primeiro, no final do século dezanove, e com a exploração capitalista, oprimiu um conjunto de economias e sociedades, bem como de Estados europeus.

Como Arendt refere, “As posições judaicas criavam obstáculos ao desenvolvimento capitalista, porque pareciam ser as únicas de onde se poderia esperar progresso económico, quando, na realidade, não eram capazes de satisfazer essa expectativa” (Arendt, 2006, pág. 36); deixando de exercer as suas funções produtivas, os judeus dificultavam a industrialização e a capitalização.

Darwin desenvolveu a ideia de pluralidade de espécies existentes sendo obtido pelo processo evolutivo, onde a seleção natural dava mais importância a algumas variações intraespecíficas através da luta pela sobrevivência do mais apto.

Os primeiros partidos anti-semitas, segundo Arendt, ultrapassavam meros objetivos nacionalistas, afirmando um carácter supranacionalista, tendo repercussões no desenvolvimento do Estado-nação.

Os antissemitas não estavam apenas interessados na conquista do poder político da nação, mas também queriam formar um governo intereuropeu que estivesse “acima de todas as nações “. É, de facto, uma característica particularmente revolucionária, que significava ir também contra o status estabelecido. Dadas as suas pretensões, os primeiros partidos antissemitas queriam colocar-se acima de todos os outros partidos; queriam, com isso, estabelecer uma nova máquina estatal, substituir o Estado. Evidentemente que os partidos antissemitas tinham sólidos objetivos no que tocasse a aspetos externos da nação, almejando um poder mundial.

Os antissemitas queriam destruir as estruturas nacionais, preparando a destruição do corpo político da nação. Essa destruição acarreta uma enorme insegurança para o povo judeu, que acarretou também uma rejeição de costumes regionais e dialetos. Os judeus

eram vistos como um povo que criaria um entrave na perfeição desejada pelos projetos nacionais; o antissemitismo foi então o resultado de uma luta contra a ambivalência representada pelos judeus, que levavam consigo a atitude do “eterno judeu”.

Na Áustria o antissemitismo foi particularmente intenso e, com a primeira guerra mundial, todas as camadas sociais contestavam o Estado, “de modo que, mais do que em qualquer outro país da Europa Ocidental ou Central, a população do Império Austro-Húngaro estava impregnada de antissemitismo ativo “(ARENDT,2016, p.54). Schoenerer, membro do parlamento austríaco, impulsionara na Áustria um importante movimento antissemita, tendo alcançado sucesso nas universidades, onde fundou a primeira “organização estudantil eficaz baseada na ideologia antissemita claramente exposta”. Schoenerer influenciou a ideologia nazi, em grande parte devido à sua ideologia pangermânica.

Para Arendt, a tese do bode expiatório engana quanto à importância do antissemitismo e afirma que os judeus pensaram que o antissemitismo era um excelente meio de manter o povo judeu unido; a teoria do bode expiatório requer simultaneamente a total contingência da “escolha “dos judeus como vítimas, e a sua total inocência.

Já os partidos antissemitas franceses não tinham aspirações supranacionais, uma vez que “pertenciam ao Estado-nação mais antigo e estatalmente mais desenvolvido da Europa “(ARENDT,2016, p.57).

Através de Eckart e Rosenberg, Hitler assimilou grande parte dos argumentos antissemitas do seu tempo, o que incluiu os “Protocolos dos Sábios do Sião “como forma de realização da sua ideologia antissemita; os protocolos contêm uma série de visões deturpadas sobre a condução do Estado, a maçonaria e os planos dos judeus para o domínio mundial, que incluiu também o controlo da imprensa, do movimento operário. Hitler reforça a ideia de que as revelações apresentadas nesse texto mostram “com uma segurança impressionante, a natureza e a atividade do povo judeu nas suas relações íntimas, assim como nas suas finalidades “.

A importância dos protocolos para a ideologia nazi foi, então, decisiva, englobando quatro pontos fundamentais. No primeiro, a questão judaica tornou-se a ideia central na ideologia nazi. No segundo ponto, está presente o carácter missionário

universal do antissemitismo, acreditando que não lutaria apenas pela solução de uma causa nacional. No terceiro ponto, há o discurso sobre o internacionalismo judaico e a sua pretensão em fazer aliados com vários países, nomeadamente a Rússia soviética e a Inglaterra, fossem através da imprensa ou do capital internacional. Já o quarto ponto está relacionado à opinião de que a questão judaica estaria a ser tratada de forma pacífica, devendo-se recorrer a métodos mais precisos.

O TERROR TOTAL E O HOLOCAUSTO

Na sua obra “As origens do totalitarismo “, Hannah Arendt aborda a temática do nazismo, sendo que para isso a autora recua no tempo, explorando a noção de imperialismo e o conceito de racismo como ideologia.

A autora trata o Nazismo de um ponto de vista histórico e social, desde as suas origens como organização de propaganda até à sua prática política concreta, fazendo, por vezes, pontos de comparação entre o Nazismo e o Estalinismo.

Para Hannah Arendt, o Nazismo tratou-se de um fenómeno político inédito na história da humanidade, distinto das tiranias tradicionais, cujas práticas políticas não eram tão violentas e limitadoras da liberdade individual como as do nazismo. Baseado na ideologia da " raça superior ", o nazismo atacou as mais básicas características do humano, constituiu-se como uma máquina infernal cujos alvos eram, segundo a sua ideologia, todas as pessoas que constituíam uma ameaça à sua finalidade concreta da conquista do mundo, sendo que os judeus foram aqueles que mais sofreram da violência sem precedentes do Nazismo. Na verdade, tratou-se, pelas próprias circunstâncias em que os judeus morreram, de uma humilhação à sua pessoa, que foi o resultado de um ódio dificilmente assimilável pelas vítimas da guerra.

Para que a sua ação política fosse ao encontro dos seus objetivos, o Nazismo serviu-se de uma propaganda que incutia no povo alemão uma constante mentira, e foi essa mentira que, nos tempos iniciais do Nazismo, levou o povo alemão a aderir à sua ideologia. Aquilo que era transmitido pela propaganda era exatamente o contrário daquela que viria a ser a ação política do Terceiro Reich. A propaganda transmitia uma falsa sensação de segurança ao povo alemão, exatamente porque essa era a estratégia de Hitler, o esconder a verdade, pois a verdade seria muito mais catastrófica que a mentira. Nesse contexto, Hitler foi um líder hábil que entendia claramente a psicologia coletiva, habilidade essa que o permitiu manipular o povo alemão. De facto, para a autora, o mascarar as pretensões de verdade numa propaganda exatamente oposta à verdade do líder explica com que tantas e tantas pessoas tivessem eleito Hitler chanceler da Alemanha.

A máquina de guerra nazi foi completamente devastadora, e os seus campos de concentração ilustram uma realidade indescritível e dificilmente imaginável, os seus horrores e brutalidade estão para além da compreensão humana, eles são produto de uma lógica levada ao limite; essa lógica totalitária serviu para justificar o sacrifício das “ partes “ em benefício do “ todo “, o que significa que para a ideologia nazi seria indiferente se morressem 6 milhões de judeus, desde que esse fosse um passo essencial da concretização prática dessa mesma ideologia.

A história da Alemanha nazi percorre evidentemente duas fases, uma primeira na qual as instituições e a sociedade funcionam de forma relativamente pacífica, e uma segunda, na qual, sobretudo a partir das leis de Nuremberga formuladas em 1935 por Himmler, o regime usa de uma violência extrema para eliminar os judeus, que eram considerados pelos nazis como um povo biologicamente inferior, ao contrário da raça ariana, a " raça superior ", cujas características fisionómicas ideais eram a de um sujeito atlético, alto e loiro. Para além de serem considerados um povo biologicamente inferior, os judeus eram vistos como um povo que tinha levado a nação alemã à catástrofe económica, o que serviu de pretexto para que Hitler, na sua propaganda, atacasse esse povo.

A barbárie do extermínio dos judeus serviu para extinguir a sua individualidade, e tal ação quebrou com o prosseguimento da História que, dir-se-ia, contínua ou convencional, porque o nazismo, e tudo o que ele trouxe consigo, foi a expressão máxima da negação da diferença por uma ação que negou também a evolução da história e do social, sendo que essa rutura com o passado e a história criou, do ponto de vista intelectual, barreiras dificilmente transponíveis, pois a circunstância do holocausto não permitia dar resposta aquilo que a tradição compreendia.

Para o sucesso do regime nazi como regime totalitário foi decisivo a adesão das massas que, motivadas pela sua própria desilusão no tempo do pós primeira- guerra mundial e revendo-se no discurso de Hitler, desejavam um governo forte que fosse ao encontro dos seus anseios e desejos; essa adesão das massas ao movimento totalitário, que antecede a formação do regime nazi como governo totalitário, deveu-se a motivos sociais e psicológicos, relacionados com a catástrofe económica seguida da primeira

guerra mundial, o que acentuou o ressentimento dos alemães em geral pelos judeus, que ocupavam importantes cargos na banca, nos negócios e nas finanças; dito de outro modo, generalizava-se naquele tempo a ideia de que tudo o que de mau tinha acontecido na nação alemã era por culpa dos judeus. Esse ressentimento foi aproveitado taticamente por Hitler que, apoiando-se nas teorias raciais de finais do século dezanove e inícios do século vinte de importantes ideólogos do regime nazi, ia conquistando gradualmente o apoio popular.

No regime nazi, há uma tensão constante entre o partido e o estado, sendo característica do partido a facilidade com que os seus membros, nas suas funções administrativas, são substituídos. Quando os membros do partido na Alemanha nazi eram substituídos a antiga estrutura era mantida, ao contrário do regime Estalinista, que eliminava a estrutura anterior para dar lugar a um novo modelo de burocracia. Os atos cometidos na Alemanha Nazi são, aos olhos de Hitler, da sua inteira responsabilidade, ao contrário do que se passa no regime Estalinista, em que cada um, aos olhos de Estaline, é responsável pelas suas próprias ações.

Um dos momentos mais significativos do regime nazi é o da monopolização dos instrumentos de violência como meio de doutrinação das massas. Essa doutrinação levada a cabo pelos instrumentos de violência significa que qualquer e todo aspeto da vida das pessoas é controlada ao mais pequeno detalhe. Essa é uma grande diferença entre os regimes totalitários, como o Nazismo, e os regimes autocráticos, que não disponibilizam do monopólio dos instrumentos de violência e, portanto, cuja ação é muito menos violenta. A doutrinação do regime totalitário significa que quem quer que desobedeça às ordens de Hitler é severamente punido. Essa doutrinação baseia-se no uso do medo como forma de garantir o controlo das massas; quando as massas sentem medo, o movimento da ideologia totalitária torna-se concretizável.

Como justificação do poder totalitário, está a ideia da lei da natureza (no caso do Nazismo) e da lei da história (no caso do Estalinismo) que desafiam, aos olhos de Hitler e de Estaline, a ideia de ilegalidade e de arbitrariedade, isto é, as leis totalitárias são aplicadas diretamente à sociedade, sem a necessidade de uma constituição para as

suportar, dispensando-se, desse modo, qualquer critério de moralidade da ação humana, não havendo distinção entre o certo e o errado, sendo que nos regimes totalitários os critérios de moralidade são substituídos por regras infalíveis que controlam as massas. Não se trata, para Arendt, na criação de novas leis resultantes de um processo revolucionário, mas de um processo pelo qual tudo que é inerente ao passado constitucional, social e político de uma nação é posto em causa; o regime totalitário realiza-se segundo as leis do seu próprio movimento. As leis que ele afirma ser o portador já não têm o papel que as leis positivas assumem nos regimes democráticos pelas quais se pode atingir um determinado movimento, mas essas leis do movimento dos regimes totalitários são a própria concretização do movimento, sejam elas leis da natureza ou da história.

O movimento dos regimes totalitários é o do terror que assombra a vida das pessoas, isto é, o terror é um instrumento de violência pelo qual se concretiza a lei do movimento, quer dizer, o estágio essencial para uma sociedade ulterior aperfeiçoada, de modo que as leis da história e as leis da natureza baseiam-se no ideal de evolução proposto por Marx e por Darwin, respetivamente. Nessas leis está a ideia de que a humanidade progride em camadas sempre superiores de graus de evolução, sendo que para Darwin a raça mais resiliente é aquela que sobrevive e, para Marx, a classe mais progressista é aquela que não é eliminada da sociedade. É como se História e Natureza fizessem parte de um só domínio que explica toda a história da humanidade, sendo que o terror é legitimado (não podendo ser contestado) para que, a partir dele, os regimes totalitários possam alcançar um estágio de evolução posterior ambicionado pelas suas ideologias, a Racial e a da História. Para a concretização efetiva dessas ideologias o terror é eficaz e está acima de qualquer julgamento moral, sendo que esse julgamento moral a existir nas sociedades totalitárias teria que ser produto do consenso e da vontade populares (e que faz parte dos processos dos regimes democráticos), o que tal não era possível. O líder totalitário está acima de qualquer lei, ele é a lei suprema que tem a última palavra sobre tudo e que tem a legitimidade para legalizar aquilo que é ilegalizável segundo os critérios tradicionais sociais, políticos e morais. Assim, por exemplo, Hitler pôde justificar os assassínios em massa dos judeus e os seus gaseamentos como um

processo natural destinado a “limpar” as raças e através do qual se poderia alcançar um estágio de evolução no qual todas as pessoas vivas seriam descendentes de sangue ariano, ou levado mais ao extremo, de sangue puramente nórdico.

Hannah Arendt sublinha que o consenso popular é ignorado pelo regime totalitário, porque o que conta é os interesses do líder totalitário, o que faz desaparecer quaisquer ligações entre os regimes totalitários e os regimes democráticos. A inexistência de ligações entre esses dois tipos de regimes deve-se também à ideia de que os líderes dos regimes totalitários possuem uma visão de tal modo pessimista da vida que encontram sempre lugar para uma conspiração, e que, portanto, a sua tarefa de conquista do mundo torna-se imperial.

A crença dos nazis nas leis raciais do século dezanove era demasiado forte para não ser posta em prática, sendo que a concretização inicial dessa crença, a confiscação de bens e a deportação dos judeus, ainda que se tivesse traduzido na ruína desse povo apátrida, não chegou sequer a ser uma versão leve daquele que viria a ser o capítulo seguinte dos judeus, isto é, o extermínio sem precedentes de um povo que, aos olhos dos nazis, eram uma raça sub-humana, indigna de viver; esse capítulo seguinte foi um período no qual não só importa o número impressionante de vítimas como também o modo como morreram, isto é, na brutalidade das câmaras de gás e nos fornos de cremação, para além do modo como os cadáveres eram empilhados uns em cima dos outros, como se de meros animais se tratassem. Esse é o momento de terror máximo e efetivo do Nazismo, como também o momento de terror mais eficaz. A esse período de tremendo horror coincidia um período no qual, os próprios judeus, aqueles que ainda estavam vivos, já não tinham mais a capacidade para pensar ou para sentir, de tão horrível que era o pesadelo que estavam a viver; esse foi também um período de grande niilismo, em que as pessoas questionavam o sentido da própria vida e a sua utilidade no mundo. As testemunhas do holocausto viviam num mundo que lhes era transmitido como se de um local gélido e infinitamente atroz e diabólico se tratasse. Era como se a vontade dessas próprias testemunhas perdesse a sua função e, inerente a ela, houvesse uma enorme barreira que as separasse do resto do mundo dada a incapacidade de agirem.

Qualquer elemento de imprevisibilidade é contrário aos objetivos políticos dos regimes totalitários, pois as leis desses regimes são instrumentos estabilizadores que têm a função de prever a realidade futura concreta das sociedades, e qualquer elemento novo é sinónimo de retrocesso, aquele que vem, por exemplo, do nascimento, que, como Arendt refere, “é um novo começo e, em certo sentido, o início de um mundo novo”.

A lógica da eliminação da liberdade é o ponto de partida chave para o controlo das massas; esse processo significa a negação do espaço de relações entre as pessoas, que, devido, ao isolamento, tornam-se quase em seres estranhos uns aos outros, mesmo naquele domínio em que as ligações são mais evidentes, como na família. Mesmo na família, o isolamento faz com que as pessoas fiquem alienadas porque perderam os laços que lhes eram mais fortes, perdendo também, desse modo, a sua identidade, o que leva à alienação humana e a uma brutal rutura com o passado. Esse isolamento, no caso dos campos de concentração, foi levado a uma forma de tal modo extrema que as próprias vítimas não eram capazes de perceber o que se estava a passar, sendo que para Hitler a realidade dos campos de concentração seria o resultado de uma frieza lógica e racional que teria que impor a sua vontade, porque, de facto, o mecanismo de ação do Terceiro Reich é todo ele inteiramente fruto de uma premissa que quer ter ainda mais validade que as premissas terrenas de outros regimes, e encaixá-las numa vontade sobre-humana que quer ter o controlo da Natureza, enquadrando-a, evidentemente, no domínio da História humana.

As premissas totalitárias têm como objetivo destruir qualquer vestígio de identidade humana; foi o que se passou, por exemplo, nos campos de concentração, nos quais, para Arendt, os judeus eram tratados piores que animais; para Arendt, tratou-se de uma circunstância na qual os próprios judeus perderam a sua vontade, ficando destituídos, para além dos seus direitos como cidadãos, da sua mais essencial característica que os diferencia dos outros animais, a razão. Desse modo, os judeus, ao tornarem-se indivíduos sem alma, deixam, seguindo essa lógica, de serem pessoas enquanto tais, e, não possuindo vontade, estabelecem-se numa categoria inferior à dos animais irracionais, porque estes, ainda assim, possuem vontade, que é fundamental para a ação. Por essa razão, o

extermínio dos judeus é algo de completamente inédito na história da humanidade, porque nenhuma outra tirania conseguiu levar tão ao limite as suas premissas de extermínio.

O regime nazi serviu-se da mitologia alemã para elevar o seu sentido de destruição, no que dissesse respeito à purificação da raça; essa mitologia é a imagem da grandiosidade de um passado alemão remoto que o Nazismo quis instaurar novamente através do recurso a lendas alemãs ou até a figuras históricas como Frederico, o Grande. Aí está também um dos aspetos mais misteriosos do Terceiro Reich, uma vez que a mitologia de que o Nazismo se apropriou, sobretudo Himmler, correspondia a um conjunto de rituais que de tão secretos que eram configuravam uma das dimensões menos conhecidas do nazismo. Essa mitologia serviu para reforçar em Himmler a necessidade do extermínio dos judeus, povo que, para os nazis, tinha levado à degradação da nação alemã e, por isso, essa mitologia é tão misteriosa como perigosa, uma vez que legitimou a morte de milhões de pessoas.

O bem comum, que se exerce quando há o estabelecimento de um discurso político público ativo, fica como que aniquilado pelos propósitos totalitários, uma vez que a possibilidade de interação entre os indivíduos na sociedade é-lhes negada, sendo-lhes negado também importantes direitos cívicos; qualquer tipo de liberdade é negada ao indivíduo, que fica impossibilitado de agir e comunicar, diluindo-se, desse modo, o tão importante espaço público definido por Arendt, isto é, aquele espaço onde é possível ao cidadão definir a sua identidade e dá-la a conhecer aos outros.

A experimentação científica levada a cabo em hospitais para, por exemplo, esterilizar incapacitados físicos e mentais revela o pior da ciência, quer dizer, o uso da ciência ao serviço da missão nazi foi também crucial para a concretização da sua ideologia, da sua tarefa imperial de “limpeza da raça”, jogando aí supostos importantes fatores biológicos que, para os nazis, foram determinantes para a sua ideologia e ação.

Para Arendt, a morte nos campos de concentração acontece de forma anónima, o que quer dizer que até a morte rouba aquele significado comum que nós lhe atribuímos; também a vida nos campos de concentração torna-se fútil uma vez que os presos estão radicalmente separados da realidade do mundo exterior, e onde apenas existe um mundo fictício que tem como objetivo aniquilar a singularidade e individualidade do ser

humano. Nem mesmo do ponto de vista económico os presos dos campos de concentração são úteis, uma vez que quem pode tirar utilidade económica desses campos são os oficiais, numa conduta egoísta e racional levada ao extremo que tem como objetivo atender unicamente às suas necessidades; sabemos que, nesse aspeto, mesmo os escravos, podendo ser fúteis, tinham uma utilidade e um preço específicos, ao contrários dos presos dos campos de concentração, que não tinham preço nem eram úteis, “...assim, do ponto de vista económico, os campos de concentração existem principalmente para si mesmos “(ARENDT, 2016, p.588).

O que desequilibra o regime totalitário é a liberdade inerente ao ser humano, aquela imprevisibilidade que advém do facto do homem nascer e, por isso, ser um novo começo, o que tal escapa à suposta previsibilidade das superiores leis da natureza e da história. O terror totalitário tem como objetivo eliminar essa liberdade, seja ela qual for, para, desse modo, proceder ao natural desenvolvimento e estabilidade do regime totalitário.

Os campos de concentração tornaram as suas vítimas supérfluas e inúteis. A dura realidade desses campos faz com que o “eu “abandone o próprio homem, e é nesse preciso momento que o homem se torna solitário, sendo incapaz de comunicar com os outros e consigo mesmo. Como Arendt refere, “Nesta situação, o homem perde a confiança em si mesmo como parceiro dos próprios pensamentos, e perde aquela confiança elementar no mundo que é necessária para que se possam ter quaisquer experiências “. Ainda que o homem possa ter contacto físico com as coisas, é como se sensorialmente deixasse de existir, uma vez que a sua capacidade de compreender é aniquilada, mesmo continuando vivo. Nessa situação, as vítimas dos campos de concentração deixam de ser humanos para serem robôs a caminhar entre a vida e a morte. Nesse ato solitário que é perder o diálogo consigo mesmo a vítima fica totalmente desamparada, também porque qualquer comunicação com outras vítimas fica como que impossibilitada.

A única certeza que se tem, mesmo quando se perde o sentir e o pensar, “é a capacidade de raciocínio lógico “, cujas bases se fundamentam naquilo que é evidente por si mesmo; para Arendt, a verdade do raciocínio lógico é vazia pois nada revela.

A solidão é, cada vez mais, uma característica das massas, e não apenas de velhice; essa solidão quebra com qualquer relação política e contém “...um princípio que pode destruir toda a forma de vida humana em comum “(ARENDT, 2016, p.633). Desse modo, a solidão é uma condição suficiente para a criação do terror, é não só uma condição vivenciada pelas vítimas, mas também faz parte do modo de vida dos executores do terror totalitário.

Tal como as massas, também os executores foram atraídos por uma ideologia que tinha mais coerência que a própria realidade, e assim que ocupavam posições de chefia sentiam-se num patamar superior a todas aquelas pessoas que eles consideravam intelectualmente ou fisicamente superiores. Nesse caso, a solidão organizada “...ameaça devastar o mundo que conhecemos – um mundo que, em toda a parte, parece ter chegado ao fim – antes que um novo começo, surgindo desse fim, tenha tido tempo de se afirmar “(ARENDT, 2016, p.633 e 634).

O isolamento absoluto separava os campos do mundo exterior, sendo um isolamento dificilmente comparável ao que existe nas prisões, nos ghettos e nos campos de trabalho forçados. Não são os interesses nem as motivações utilitárias que levam às execuções em massa, mas apenas o interesse da sua ideologia que eles acreditavam ser fundada na ciência.

“No mundo concentracionário mata-se um homem tão impessoalmente como se mata um mosquito” (ARENDT, 2016, p.587). De facto, o ser humano era visto como uma coisa, sem vontade ou intenção, e talvez por isso não tenha havido sinais de suicídio nos campos de concentração.

Os soldados tornam-se quase máquinas prontos a obedecer ao líder, constituindo-se como seres sem pensamento e aceitando tudo o que lhes é ordenado.

Uma das condições humanas que Arendt aborda é o perdão, mas como se pode perdoar quem praticou crimes tão horrendos como aqueles praticados nos campos de concentração? O perdão quer “instituir um novo começo “, não podendo ser aplicado ao mal totalitário.

Nada do que se passa nos campos de concentração faz sentido ao homem comum, porque o que neles ocorre está separado da realidade, funcionando apenas uma

lógica dedutiva que quer destruir na pessoa submissa a sua moralidade. Nos campos de concentração o objetivo é dominar por completo o homem, destruindo primeiro nele a sua dimensão jurídica. Essa dominação cumpre o seu objetivo quando se pode prever as reações das vítimas. As vítimas não conseguiam resistir porque não compreendiam aquilo que estava a acontecer.

O IMPERIALISMO

As consolidações dos regimes totalitários deveram-se à ideologia dos movimentos de unificação, sendo que “o nascimento dos movimentos de unificação não coincidiu com o nascimento do imperialismo” (ARENDT, 2016, p.294).

Já as nações da Europa central e oriental achavam que tinham o mesmo direito de reivindicar a sua expansão e “se não (lhes) fosse concedida essa possibilidade no além-mar, (seriam) forçadas a fazê-la na Europa” (ARENDT, 2016, p.294).

Para Arendt, o imperialismo continental é mais importante que o imperialismo do ultramar, sendo que ambos têm em comum “o desprezo pela estreiteza do Estado-nação”, e o imperialismo continental combatia-o com a “formulação de ampliada consciência tribal”, a qual deveria “unir todos os povos de origem étnica semelhante, independentemente da história ou do lugar em que residissem” (ARENDT, 2016, p.295).

O imperialismo continental identificava-se com uma afinidade pelos conceitos raciais e assimilou a tradição de ideologia racial, o que quer dizer que os conceitos de raça desse mesmo imperialismo eram “exclusivamente ideológicos”. Enquanto o imperialismo ultramarino compreendia exclusivamente aspetos económicos, o imperialismo continental regia-se apenas por características políticas. Se o imperialismo ultramarino deu novo rumo às velhas instituições do Estado-nação, o imperialismo continental rejeitava as estruturas políticas vigentes. De facto, este último compreendia uma ação muito mais revolucionária, de revolta contra o status existente.

Importa referir a importância dos movimentos de unificação étnica, que despertaram um muito maior interesse do que o imperialismo ultramarino. A atracção popular desses movimentos de unificação despertaram o surgimento de “grupos totalitários igualmente vagos quanto a objetivos reais e sujeitos a mudanças constantes na sua linha política”. (ARENDT, 2016, p.298). Mas também o imperialismo ultramarino “colocava a expansão em si acima de qualquer programa de conquista” (ARENDT, 2016, p.298).

Nos movimentos de unificação étnica, a iniciativa pertencia à ralé, que era constituída pelos intelectuais, os quais “não tinham a ambição de dominar o globo nem sonhava com as possibilidades de hegemonia total,”.

Se o imperialismo continental conseguiu ir contra os propósitos do Estado-nação, “organizando vastas camadas do povo fora do sistema partidário...”, (ARENDT, 2016, p.330) o imperialismo ultramarino não conseguiu mudar o status político do seu país.

Uma das causas que levaram ao surgimento do imperialismo foi a emancipação política da burguesia.

A burguesia havia crescido dentro do, e junto com, o Estado-nação que, quase por definição, governava uma sociedade dividida em classes, colocando-se acima e além delas².

As pessoas que rejeitavam o imperialismo tinham dificuldade em lidar com a realidade, “e não compreendiam que o comércio e a economia haviam envolvido todas as nações, atrelando-as à política mundial” (ARENDT, 2016, p.163).

Uma ideia importante do imperialismo é a “expansão como objetivo permanente e supremo da política”. Essa expansão, para Arendt, tem como objetivo o crescimento da produção industrial e das transações comerciais.

Em termos económicos, a expansão correspondia ao crescimento industrial, na medida em que representava “o aumento da produção de bens a serem consumidos” (ARENDT, 2016, p.165).

Para Arendt, o “imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão económica”, sendo que a burguesia, por razões económicas não abandonou o sistema capitalista e revia-se na lei do contínuo crescimento económico, lei essa que a burguesia tinha de impor aos governos. Essa mesma estrutura económica descreve um fenómeno de expansão como que ilimitado, ao contrário da estrutura política, a qual “não se baseia na produtividade

² Arendt, Hannah, *As Origens do Totalitarismo*, 6ª Edição, Alfragide, 2016, p. 162

do homem, que é de certo modo ilimitada, pelo menos teoricamente” (ARENDT,2016, p.166).

O Estado-nação é a forma de governo que menos se identifica com o crescimento ilimitado, uma vez que a sua base não vai para além dos limites do grupo nacional; para Arendt, “nenhum Estado-nação pode, em sã consciência, tentar conquistar povos estrangeiros,” (ARENDT,2016, p.166).

Isso quer dizer que as próprias leis que o Estado-nação cria devem dar representatividade apenas ao seu contexto nacional, não ultrapassando os seus limites, e tais leis não podem ir ao encontro dos interesses dos povos conquistados. Mas assim que o Estado-nação surgiu como povo conquistador, fazia nascer no povo conquistado o seu desejo de soberania, criando com isso entraves para a criação, por parte do próprio Estado-nação, de um império.

Para Arendt, o imperialismo não se traduz na construção de impérios e a expansão não significa conquista, dando o exemplo dos conquistadores britânicos. Estes mal se identificavam com os exportadores de dinheiro britânico ou com os administradores dos povos indianos, os quais podiam perfeitamente ter criado um império, se, em vez dos decretos, implementassem leis.

Uma outra característica do imperialismo é que as instituições nacionais permanecem separadas da administração colonial; isso deveu-se a uma “curiosa mistura de arrogância a respeito- a arrogância dos administradores que sabiam lidar com “populações atrasadas” ou “raças inferiores”, contrabalançada pelo respeito dos estadistas antiquados no país de origem, que acalentavam as ideias de que nenhuma nação tinha o direito de impor a sua lei sobre um povo estrangeiro” (ARENDT, 2016, P.171).

Como diz Arendt, “A única grandeza do imperialismo está na batalha que a nação trava- e perde – contra ele” (ARENDT, 2016, p.172), o que especificamente tal implicou, por exemplo, que representantes nacionais tivessem sido comprados pelos novos comerciantes imperialistas.

O conceito de “fator imperial” é caro a Arendt, que significa a influência do governo imperialista, com sede em Londres, relativamente aos administradores coloniais, sendo que essa expressão pode remontar ao contexto do domínio inglês na África do Sul

e aos tempos em que os governadores locais, Cecil Rhodes e Jameson, apropriaram-se das funções do “governo imperial” de Londres contra as intenções desse último, nomeadamente na guerra contra os boeres. O “fator imperial” trazia também consigo outra conotação, a de que os nativos eram um povo protegido e, acima de tudo, representado pelo parlamento britânico, que designa o “parlamento imperial”, e sendo que o “conflito entre os representantes do “fator imperial” e os administradores coloniais marca indelevelmente toda a história do imperialismo britânico” (ARENDT, 2016, p.174).

A expansão imperialista tinha sido causada pela superprodução de capital e pelo aparecimento de dinheiro “supérfluo”, o qual foi causado por um excesso de poupança, que já não podia ser produzido dentro da esfera nacional.

Começa a surgir uma nova perspectiva da filosofia política imperialista, a qual já não dá destaque à violência “nem na descoberta de que a força é uma das realidades políticas básicas” (ARENDT, 2016, p.179), o que quer dizer que nenhuma das duas constitui o alvo de uma ação política definida.

A burguesia estava interessada em exercer o poder, ao contrário das classes proprietárias pré-burguesas, que admitiam qualquer tipo de Estado, desde que esse mesmo Estado salvaguardasse os seus próprios interesses, como sejam a proteção da sua propriedade. Para essas mesmas classes proprietárias, o Estado surgia como uma força policial consistente.

A elite apropriara-se da filosofia do poder, uma filosofia moralmente incorreta uma vez que baseada na destruição; essa mesma destruição, para Arendt, significou a origem do niilismo, o qual, de certa forma, vai ao encontro daquele niilismo criado durante o Holocausto. Mas o niilismo do tempo do imperialismo “substituía a superstição do progresso pela igualmente vulgar superstição da ruína, e pregava a aniquilação automática com o mesmo entusiasmo com que os fanáticos do progresso imediato haviam pregado a irresistibilidade das leis económicas” (ARENDT, 2016, p.188).

No imperialismo, tal como no Holocausto, o indivíduo é degradado “à condição de peça insignificante na máquina de acumular poder, livre para se consolar, se quiser, com pensamentos sublimes a respeito do destino final dessa máquina, construída

de forma a ser capaz de devorar o mundo, se simplesmente seguir a lei que lhe é inerente”³
(ARENDT, 2016, p.191).

³ (Arendt, As Origens do Totalitarismo, 2016)

TOTALITARISMO E PROPAGANDA - A IMPORTÂNCIA DA PROPAGANDA PARA O MOVIMENTO TOTALITÁRIO

Assim que o totalitarismo assume o controlo absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação, mas a propaganda é fundamental para o estabelecimento e consolidação do movimento totalitário; ela é importante sobretudo na fase em que o movimento totalitário está a lutar pelo poder, pois as pessoas precisam de ser convencidas pela sua própria ideologia, e não necessariamente da verdade das afirmações do líder. Os gestos de Hitler, nos seus discursos, pareciam autênticas cenas teatrais, que cativavam e influenciavam o modo de pensar das massas, operando, a meu ver, uma transformação ao nível da psicologia das massas que, de alguma forma, tinham perdido a esperança com a derrota da Alemanha na primeira guerra mundial; desse modo, as massas viam o líder como o elemento fundamental do movimento totalitário que poderia restaurar a ordem e o progresso.

Como forma de chegar ao poder, Hitler partiu de uma base racional, apoiando-se numa propaganda que dizia aquilo que o povo queria ouvir, mesmo não sendo aquilo que, conscientemente, Hitler sabia que era preciso para expandir a nação alemã; o modo como ele se expressava, com a sua inabalável confiança no destino e na tarefa da nação alemã, criava na mente do povo a ideia de que Hitler tinha a última palavra no que quer que fosse, de tal maneira que ele próprio colocava-se acima da sabedoria divina, de modo a incutir no povo a inevitabilidade da guerra e de uma suposta invencibilidade que o iria permitir conquistar e dominar o mundo. Era a imagem de um líder infalível, sem falhas, que Hitler queria fazer passar à nação alemã. Para os esforços de revitalização da nação alemã e para a conquista do mundo, o individualismo não tem nenhuma importância, quando comparado com a ideia do esforço coletivo e da necessidade de uma comunidade unida; essa ideia foi muito valorizada por Hitler nos seus discursos, no que dissesse respeito às políticas nacional e externa alemã.

Quando o totalitarismo detém o controlo absoluto, substitui a propaganda pela doutrinação e emprega a violência, não mais para assustar o povo, mas para pôr em

marcha as suas doutrinas ideológicas, assim como elimina dos seus discursos quaisquer menções sobre os desempregados.

No caso nazi, a propaganda acarretou o extermínio de pequenos funcionários socialistas ou membros de partidos diferentes, em vez de, como tinha ocorrido anteriormente na Alemanha, levar ao expurgo de personalidades importantes. Também a propaganda soviética dizimou tudo o que lhe era possível dizimar, nomeadamente o expurgo de intelectuais soviéticos. O Nazismo foi verdadeiramente e especialmente dizimador no que diz respeito aos intelectuais polacos; para os arianos os polacos seriam uma raça marginal, e não mereciam viver porque, e de acordo com a ideologia nazi, não tinham intelecto, mas essa foi mais uma tática, por parte do regime nazi, para salvar o “sangue germânico “ou ariano.

Ora, os movimentos totalitários existem onde eles não conseguiram conquistar o poder, especialmente nos regimes democráticos onde a sua expressão mais se fez sentir; a sua propaganda, como Arendt refere “é sempre dirigida a um público de fora- sejam as camadas não totalitárias da população do próprio país, ou os países não totalitários do exterior “(ARENDT, 2016, p.453). Aquela camada da população cuja doutrinação não se constitui de forma consistente teve a propaganda de se dirigir a ela de forma mais radical, mas também era dirigida aos membros do próprio partido que não compreendiam a dimensão própria dos alvos do movimento.

Segundo Arendt, quanto menor for o movimento totalitário maior será a energia despendida na propaganda, e quanto maior for a pressão vinda de fora para os regimes totalitários mais ativa será a propaganda totalitária. A autora realça ainda que o principal objetivo dos movimentos totalitários é doutrinar e não propagar. Quanto maior for o terror maior será a doutrinação do regime, sendo que o terror é a essência do próprio regime totalitário. Portanto, e por um lado, a razão de ser da propaganda é a existência de um mundo não totalitário e, por outro lado, o terror caracterizou o modo de atuação mais destruidor do regime nazi, aquele que decorreu da morte de milhões de pessoas nos campos de concentração, e que foi mais acentuado no regime nazi do que no regime soviético.

Evidentemente a propaganda totalitária choca com o bom senso, mas essa oposição ao bom senso, para chegar às massas, precisa de coerência, sendo essa coerência irreal, fictícia; uma coerência que fornece às massas um suporte espiritual que contradiz com a dura realidade dos factos que tem de suportar. Assim, essa coerência irreal, mais do que qualquer outra coisa, é desejada pelas massas; como diz Arendt, “... essa fuga lhes permite manter um mínimo de dignidade “(ARENDT, 2016, p.466). A propaganda totalitária tem como objetivo, para a autora, isolar as massas do mundo real. Então, tudo aquilo que essa propaganda defende são um conjunto de mentiras que, no reino da ficção, proporcionam às massas uma aparência de esperança, mentiras essas que dizem respeito ao domínio do social e do político que esteja escondido das massas.

Para Arendt, o que a propaganda trouxe de novo não foi a sua ideologia, que já não era novidade para as massas, mas a sua própria organização, uma organização “viva “. As organizações de vanguarda são importantes pois elas distinguem os membros dos partidos dos simpatizantes, isto numa fase anterior à tomada de poder.

Segundo Arendt, a propaganda serve-se das suas leis de movimento para doutrinar as massas, sejam elas a lei da Natureza ou a lei da História. Os movimentos totalitários recusam os apelos ao passado, e conferem às suas próprias ideologias totalitárias um valor científico, sendo que esse cientificismo se caracteriza pela “profecia científica “; essas leis da Natureza e da História pretendem convencer as massas com a mesma certeza e convicção de uma dada operação aritmética, isto é, criam uma ficção que aos olhos das massas possa ser entendida como verdadeira realidade. Pois os regimes totalitários apelam para aquele individualismo do sujeito que, já por si, consegue compreender essa mesma ficção, estando ele isolado do mundo real.

O cientificismo ideológico, com o Nazismo e o Estalinismo, chegou a um patamar de aperfeiçoamento nunca antes visto na História, cientificismo esse que, para ser eficaz na adesão das massas, não recorre ao presente e, desse modo, não depende dele para garantir a veracidade das suas premissas, apelando unicamente para o futuro.

O totalitarismo prende as pessoas na sua fantasia, isto é, a sua consistência lógica é superior à verificada no mundo externo das experiências comuns, o que daí resulta que tamanha convicção e consistência da fantasia ou ficção totalitária atraia as massas,

empurradas para um mundo que fazia mais sentido do que a seu cotidiano; isto é, a ficção totalitária, com todas as suas elaborações conspiratórias, mas também com todo um conjunto de utopias prometidas, proporcionou às pessoas uma forte sensação de esperança que mais nenhum outro regime seria capaz de criar.

Pôr em prática a sua ideologia, e nomeadamente fornecer às massas um mundo coerente, significa para os movimentos totalitários ir contra as regras do bom senso, levando as massas a acreditar em mentiras, mas é precisamente essas mentiras que, de alguma forma, tiram as massas de um mundo sem lógica “, “..., uma vez que o acaso é o senhor supremo deste mundo e os seres humanos necessitam de transformar constantemente as condições do caos e do acidente num padrão humano de relativa coerência “ (ARENDT, 2016, p.466).

Quando o terror toma conta da vida das pessoas, como acontece nos campos de concentração, é dispensada qualquer tipo de propaganda; esta só faz sentido quando se está perante o mundo não totalitário para o qual o movimento quer fornecer a sua ideologia. Uma das doutrinas da propaganda nazi pode ser expressa da seguinte maneira: “Quanto mais fielmente reconhecemos e seguimos as leis da natureza e da vida...tanto mais nos conformamos ao desejo do Todo-Poderoso. Quanto melhor conhecermos o desejo do Todo-Poderoso, maior será o nosso sucesso” (ARENDT, 2016, p.457). Essa é, de facto, uma afirmação profética que, para os nazis, é de tal modo valiosa que dispensa qualquer verificação no presente, sendo “que só o futuro lhe revelará os méritos “(ARENDT, 2016, p.458). Essas afirmações proféticas esperam revelar importantes leis objetivas que vão de encontro às formulações dos positivistas; essa é uma das bases do cientificismo da propaganda desenvolvido pelos nazis, propaganda essa alheia aos interesses das massas.

Assim que Hitler e Estaline chegaram ao poder puseram em prática todo um conjunto de medidas anti utilitárias, precisamente porque foram postos de parte quaisquer interesses individuais das massas, apelando unicamente para os próprios interesses dos líderes.

As massas preferem a fantasia à realidade, e uma das causas para essa situação tem que ver, entre outros fatores, com a perda de status social, mesmo que essa adesão à

fantasia implique sacrifícios individuais; são esses sacrifícios individuais que chocam com o bom senso, mas que trazem uma eficácia pretendida pela lógica totalitária. Quanto maior for essa eficácia maior será o terror do regime totalitário.

Uma das apropriações mais importantes do regime nazi foi os Protocolos dos Sábios do Sião; esse foi um meio de os nazis reagirem a uma suposta conspiração global levada a cabo pelos judeus, e foi essa mesma ideia da conspiração judaica que sintetizou o importante conceito denominado Volksgemeinschaft. A partir desse conceito os nazis elaboraram a ideia de igualdade entre todos os cidadãos alemães, isto numa fase pré-totalitária, uma vez que depois de atingirem o poder os nazis desprezaram o povo alemão, atendendo apenas para uma sociedade racial “ariana”.

O regime nazi tem como objetivo tornar o homem supérfluo e a sua propaganda atrai mais facilmente as pessoas desprotegidas que se encontram fora de um sistema estável; perdendo qualquer meio de se identificarem com o mundo real procuram aquele mundo que vai de encontro às suas aspirações, mesmo que à custa desse mundo irreal sofram pesados sacrifícios individuais; esse é o momento em que o regime nazi choca evidentemente com o bom senso, pois ele não consegue acreditar que tamanho terror tenha acontecido, como também leva a crer que os completamente inocentes sofram desse mesmo terror. Esse terror não é cometido de forma arbitrária no regime nazi, pois este, ao basear-se, por exemplo, nos Protocolos dos Sábios do Sião, sempre teve como meta o extermínio dos judeus. Para Arendt, os Protocolos “são por definição antinacionais e pintam o Estado-nação como um colosso de pés de barro. Rejeitam a soberania nacional e acreditam, como Hitler disse certa vez, num império mundial à base de uma nação “(ARENDT, 2016, p.474). Os nazis prometeram às massas que através da “mera organização “iriam conquistar o mundo, sendo que “o que mais atraia as massas nos partidos era o tema de uma conspiração global, que correspondia à nova situação de forças “(ARENDT, 2016, p.475).

A Volksgemeinschaft traduziu-se no esforço de “... combater a promessa comunista de uma sociedade sem classes “(ARENDT, 2016, p.477). Esse foi um movimento racialmente unificado e organizado hierarquicamente, caracterizando-se também por uma unidade mística, uma forma de alma racial unindo todos os alemães.

A Volksgemeinschaft tinha a particularidade e a vantagem de ser concretizável no curto prazo, e de demonstrar que era necessário uma contra conspiração para deter a conspiração levada a cabo pelos judeus. De facto, os nazis encaravam essa suposta conspiração judaica como se tratasse de um facto, como se fosse a própria realidade; duvidar dessa realidade é perigoso uma vez que essa própria realidade é intocável. Também a personalidade do líder totalitário é intocável; jamais se pode duvidar das premissas e respetiva conclusão que ele proclama, e jamais ele pode admitir que errou, uma vez estando ele na posse das leis da natureza que são importantes para legitimar o seu poder e revelar uma suposta onipotência. Uma vez estando no poder, os líderes totalitários têm como objetivo fazer com que as suas predições se tornem verdadeiras.

Tal como a violência, também a propaganda é utilizada numa fase inicial, quando ainda os movimentos estão perante um mundo que não é totalitário.

Como Arendt refere, “Neste particular, os discursos de Hitler aos seus generais, durante a guerra, são verdadeiros modelos de propaganda, caracterizados principalmente pelas monstruosas mentiras com que o Führer entretinha os seus convidados na tentativa de os conquistar “(ARENDT, 2016, p.453). De facto, o esconder a verdade terá sido uma estratégia utilizada por Hitler para conquistar as massas, sedentas por uma alternativa à realidade. Segundo Arendt, essa alternativa à realidade, o mesmo que dizer ficção coerente, não pode ser totalmente transposta para o domínio da ação sem quebrar, em última análise, com as regras do bom senso; onde quer que essa ficção vá para o domínio da ação ela comete pesados sacrifícios individuais em nome do coletivo, isto é, em nome da nação. A característica particularmente violenta da propaganda foi assimilada pelos nazis no que diz respeito às organizações de gangsters americanos, sem nunca o terem confessado, assim como à publicidade comercial americana.

A arbitrariedade do regime totalitário nazi é de tal ordem que não olha para aquilo que a vítima possa ou não ter feito; isto é, tanto inocentes como culpados são feitas vítimas do regime. Essa arbitrariedade também se estendeu, no final da guerra, ao próprio povo alemão, que “...seria arruinado em caso de derrota “(ARENDT, 2016, p.461). De facto, qualquer consideração utilitária é posta de parte pelo regime nazi, que não olhou a meios para atingir determinados fins.

Os nazis estão prontos a sacrificarem-se pela sua própria ideologia, uma vez que se caracterizam pela falta de egoísmo, estando até prontos a morrer se o seu líder assim o dissesse; novamente aqui está presente a lei do líder, neste caso de Hitler, que, autoproclamado infalível e com um poder onnipotente, tinha a última palavra no que quer que fosse; importa sublinhar um certo mistério que constituiu a propaganda do movimento totalitário, uma vez que foi esse mistério, a esconder as verdadeiras intenções do líder, que permitiu isolar as massas do mundo real, de forma que aderissem à ideologia totalitária. Esse mistério assume a forma de “realismo “superior, porque esse mesmo “realismo “tem como objetivo proclamar supostas condições reais, ocultando a verdadeira realidade.

Evidentemente que o conteúdo da propaganda totalitária não é algo de novo ou original, uma vez que mentiras acerca de uma suposta conspiração mundial já se encontravam presentes desde o caso Dreyfus, que foi um escândalo político que dividiu a Terceira República Francesa desde 1894 até 1906; esse escândalo é sobretudo representado como um moderno e universal símbolo de injustiça e que permanece como um exemplo de antissemitismo envolvendo a figura de Alfred Dreyfus. Também as noções deturpadas de um poder mundial judaico já existiam, podendo ser remontadas aos finais do século dezoito, no momento em que havia uma estreita ligação entre os comerciantes judeus e os Estados-nação.

Como líder totalitário, Hitler tinha como objetivo “ evitar, a qualquer preço, que a normalização atinja um ponto em que poderia surgir um novo modo de vida que, após certo tempo, poderia deixar de parecer tão falso e conquistar um lugar entre os modos de vida muito diferente e profundamente contrastantes das outras nações da Terra “(ARENDT, 2016, p.518), isto é, “ No momento em que as instituições revolucionárias se tornassem modo nacional de vida na altura em que a alegação de Hitler de que o nazismo não é produto de exportação ou a de Estaline de que o socialismo só pode estabelecer-se num único país fosse algo mais que uma tentativa de iludir o mundo não totalitário o totalitarismo perderia a sua qualidade “ total “ e ficaria sujeito às leis das nações, segundo as quais cada um possui um território, um povo e uma tradição histórica específicos que determinam a sua relação com as outras nações numa pluralidade que

ipso facto refuta qualquer alegação de que uma determinada forma de governo possa ser absolutamente válida “(ARENDT, 2016, p.518 e 519).

Qualquer imprevisibilidade, aquela que vem, por exemplo, do nascimento, é uma séria ameaça ao propósito do regime nazi, uma vez que, com o próprio nascimento, podem surgir indivíduos que rompam com aquelas ideologias que obtiveram o domínio e controlo de uma nação.

Como refere Arendt, “...somente num mundo inteiramente sob o seu controlo pode o governante totalitário dar realidade prática às suas mentiras e tornar verdadeiras todas as suas profecias “(ARENDT, 2016, p.463). Como Hitler não conseguira conquistar o mundo, não se pode falar de um totalitarismo cuja base se assentou no terror total, e “mesmo depois de atingido o seu objetivo psicológico, o regime totalitário continua a empregar o terror; o verdadeiro drama é que é aplicado contra uma população já completamente subjugada “(ARENDT, 2016, p.455).

A propaganda foi utilizada para combater o mundo não totalitário e, assim que foi instalado o terror, a propaganda acabou por desaparecer completamente, uma vez que o objetivo de conquista do próprio mundo não totalitário estava já cumprido, sendo que “o terror como substituto da propaganda alcançou maior importância no nazismo do que no comunismo “. A “propaganda de força “foi uma propaganda que utilizava o terror para “mostrar à população o perigo que podia acarretar o simples facto de pertencer a um partido “(ARENDT, 2016, p.455).

O que melhor caracteriza a propaganda totalitária é o “...uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos, seguidas de assassínio em massa perpetrado igualmente contra “culpados” e “inocentes” (ARENDT, 2016, p.456). Para Arendt, “ o sucesso da propaganda totalitária não se deve tanto à sua demagogia como ao conhecimento de que o interesse, como força coletiva, só se faz sentir onde um corpo social estável proporciona a necessária conexão motora entre o indivíduo e o grupo; nenhuma propaganda baseada no mero interesse pode ser eficaz entre as massas, já que a sua característica principal é não pertencerem a nenhum corpo social ou político e constituírem, portanto, um verdadeiro caos de interesses individuais “(ARENDT, 2016, p.460). Devido a essa inexistência de meros

interesses, as massas estão perfeitamente capazes de sacrificarem-se por aquela ideia em que acreditam.

EICHMANN EM JERUSALÉM

Com a obra “Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal” Hannah Arendt debateu-se com questões como o espaço público e a liberdade. Antes de mais, importa contextualizar a obra.

Eichmann foi um importante nazi, apesar de nunca ter ocupado cargos além do terceiro escalão na hierarquia da burocracia nazi, tendo sido precisamente Eichmann que cometeu um dos piores horrores jamais acontecidos, nomeadamente a logística dos transportes para as vítimas da guerra. Quando o reich foi derrotado, Eichmann foi feito prisioneiro, mas conseguiu escapar, tendo ido para a Argentina; nesse país ele vivia de forma modesta nos arredores de Buenos Aires, tendo consigo documentos falsos e tendo tido um emprego humilde numa fábrica da Mercedes-Benz. Progressivamente, Eichmann começou a dar nas vistas até ser capturado pelo Mossad(Serviço Secreto Israelita). Essa captura ocorreu no dia 11 de maio de 1960; esse plano de captura ocorreu tal como fora previsto pelo Mossad, tendo Eichmann embarcado num avião e ter sido entregue às autoridades israelitas, em Israel, no dia seguinte. Desse modo, iniciou-se o chamado Tribunal de Jerusalém, no qual Eichmann seria julgado pelos crimes que cometera contra os judeus na Segunda Guerra Mundial, julgamento que foi presenciado por Hannah Arendt, ela própria que fora perseguida pelos nazis, tendo conseguido fugir deles e ir para os Estados Unidos, e que, depois da prisão de Eichmann, e através da revista New Yorker, cobriu o julgamento do nazi, que daria a escrita para o seu livro e originado a expressão “banalidade do mal”.

O julgamento de Eichmann tratou-se de um fenómeno político, envolvendo o governo do Estado de Israel, nomeadamente o Primeiro Ministro Ben-Gurion, que queria que um nazi fosse julgado em público, pelos crimes que cometera contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial, e por um tribunal de Judeus.

Eichmann, perante o tribunal de judeus, afirmou que nada teve a ver com o assassinato de judeus, pois nunca matara diretamente um judeu. Mas durante o julgamento, foi provado que Eichmann trabalhara na “Solução Final” dos judeus, estando

implicado na deportação daqueles para os campos de concentração. Eichmann era um burocrata, recebia ordens e fazia cumpri-las, de forma eficiente.

Eichmann foi examinado por seis psicólogos, que não encontraram quaisquer sinais de doença mental, comprovando, desse modo, a teoria de Arendt de que Eichmann não era nenhum psicopata, como outros membros nazis. Ele compreendia mal a realidade e afirmava que tinha salvo milhares de judeus, afirmação essa que foi ignorada pelo Tribunal uma vez que havia carência de provas.

Eichmann progredira rápido na carreira, que, entretanto, estagnara. Com o início da Segunda Guerra Mundial, a burocracia nazi torna-se cada vez mais complexa, com uma organização confusa e poderes sobrepostos, em que não se sabe exatamente quem manda sobre quem. Ora, essa situação levou a que os nazis, nos julgamentos de Nuremberg, acusassem outros, dizendo que não eram culpados e atribuindo responsabilidade aos nazis de sectores diferentes; essa foi precisamente uma estratégia da defesa escolhida no julgamento de Eichmann em Jerusalém.

A conferência de Wannsee foi essencial para criar a “Solução Final” dos judeus, na qual Eichmann era apenas um secretário, não questionando ou dando a sua opinião sobre as decisões tomadas. Com essa conferência foram criadas também uma série de leis pelas quais os judeus eram identificados e segregados, o que consequentemente levaria a que os seus bens fossem confiscados.

Eichmann interpretara mal os princípios de Kant, achando que era um bom cumpridor de leis; para Arendt isso significa ausência de pensamento, mas, sobretudo, a explicação dada pela autora de que Kant nunca formulara uma teoria segundo a qual as pessoas deviam seguir cegamente as leis, e diz ainda que, para Kant, o legislador deve ter consciência dos seus atos, ao contrário do que se passava com Eichmann. Desse modo, a teoria de Kant foi mal apropriada por Eichmann, que não questionara as suas próprias ações; importa realçar que as leis que Eichmann seguia eram imorais, pois levariam à morte de milhões de pessoas.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Eichmann estava ocupado de enviar todos os judeus para o Leste, fazendo com que o Reich se tornasse um território racialmente puro, não sem se debater com dificuldades inerentes às suas funções, nomeadamente a logística

durante a Guerra, mas conseguindo, ainda assim, que o Reich fosse declarado livre de judeus.

Já no final da Segunda Guerra Mundial, Eichmann recebera ainda uma ordem de Himmler, que se tratou de escolher judeus importantes e deportá-los para a Áustria, de modo a constituírem-se reféns.

Eichmann não era capaz de pensar por si próprio, utilizando clichês, e revelando problemas de comunicação; após testemunhar execuções sumárias, Eichmann nada fez para contrariar o destino dos judeus.

O ex-nazi foi acusado de crimes contra o povo judeu, crimes contra a humanidade e crimes de guerra, durante o período do regime nazi. Houve uma lei de 1950 pela qual qualquer pessoa que tivesse cometido um desses delitos estava condenada à pena de morte; com respeito a todas essas acusações, Eichmann declarou-se inocente. Perante isso, o advogado de Eichmann, Servatius, declarou que ele não era culpado segundo a lei; o advogado de defesa afirmara que Eichmann não tinha cometido delitos, mas sim aquilo que ele designou por atos de Estado, os quais nenhum outro Estado a não ser o da própria nacionalidade tinha jurisdição, acrescentando que ele estava obrigado a obedecer às ordens que lhe eram dadas e que havia feito coisas “que são recompensadas com condecorações “. O advogado Servatius declarou também que “o único problema jurídico penal que se dava no juízo de Eichmann era de ditar a sentença contra os cidadãos israelitas que o capturaram, ... “.

Para Eichmann, a sua acusação de assassinato era injusta, afirmando que “nunca teve ligação com a morte dos judeus, e que jamais assassinou um judeu, nem qualquer outra pessoa. Jamais deu ordens para matar um judeu ou uma pessoa não judia...”(ARENDT, 2003, p.76).Eichmann repetira que não se podia acusá-lo de ter ajudado à aniquilação dos judeus, aniquilação essa que, segundo declaração em Jerusalém, foi “um dos maiores crimes cometidos na história da humanidade”(ARENDT, 2003, p.77), e Arendt afirma que a acusação, de forma inútil, perdeu muito tempo a tentar demonstrar que “Eichmann havia matado pelo menos uma pessoa “(ARENDT, 2003, p.77).

Durante o julgamento o juiz disse a Eichmann que podia ter agido de uma forma diferente; Eichmann não queria ser aquele tipo de pessoa que “sempre tinha sido contrária aquele estado de coisas” (ARENDT, 2003, p.79), mas que queria ser reconhecido como aquele que cumprira com todas as diligências as ordens recebidas, quer dizer, Eichmann queria cumprir com zelo as suas funções para, desse modo, “...dar um exemplo a todos os antissemitas do mundo” (ARENDT, 2003, p.79). Eichmann não mostrava arrependimento seja para o que fosse, e, apesar dos “insistentes conselhos do seu advogado, Eichmann não alterou a sua postura” (ARENDT, 2003, p.79).

Perante o facto de Eichmann ter trocado um milhão de judeus por dez mil camiões, e sobre o papel que nisso aquele tivera, a acusação formulou a seguinte pergunta: “Nas negociações que o acusado estabeleceu com os seus superiores, alguma vez expressou sentimentos de piedade para com os judeus, e encarou a possibilidade de prestar alguma ajuda?” (ARENDT, 2003, p.79). Perante essa pergunta, Eichmann afirmara que “Não foi a piedade que o moveu a iniciar estas negociações” (ARENDT, 2003, p.79). Mas Eichmann, para Arendt, não disse a verdade uma vez que não tinha sido ele a iniciar essas negociações.

A acusação afirmara que “Eichmann não só havia atuado consciente e voluntariamente, o qual ele não negou, mas que tinha sido motivado com pleno conhecimento da natureza criminal dos seus atos” (ARENDT, 2003, p.80). Eichmann “não constituía um caso de ódio normal para com os judeus, nem era um fanático antissemita, nem mesmo um fanático de qualquer outra doutrina” (ARENDT, 2003, p.80). Ele nunca tivera nada contra os judeus, uma vez que havia muitas “razões de carácter privado” para não os odiar, apesar de entre os seus amigos estarem fanáticos antissemitas “(ARENDT, 2003, p. 80 e 81)

O ano de 1932 é particularmente importante pois foi nesse ano que Eichmann aderiu ao partido Nacional Socialista, tendo uma posição individual bem vincada, não se deixando influenciar pela ideologia do partido; o começo da sua nova carreira não foi, para Arendt, muito promissor, tendo sido suspenso na Áustria com a subida de Hitler ao poder.

Eichmann era, como diz Arendt, um “idealista”, pronto para viver para uma ideia, “e que por essa ideia estaria disposto a sacrificar tudo e, principalmente, todos” (ARENDT, 2003, p.97); as suas emoções jamais podiam interferir nas suas ações se a sua ideia assim o obrigasse”. Aí percebe-se a falta de egoísmo de Eichmann, que estaria disposto a dar a sua vida em nome da ideologia. Para Arendt, Eichmann não era um monstro, mas muito facilmente as pessoas o veriam como um palhaço, referindo a autora que essas mesmas “palhaçadas “mal eram notadas pela imprensa.

Eichmann lembrava-se de certos judeus, mas não daqueles que pudessem corroborar a sua história, tendo o ex-nazi uma memória fraca; “os únicos judeus de que Eichmann se lembrava eram aqueles que tinha completamente em seu poder. Ele esqueceu não apenas os emissários palestinos, mas também seus relacionamentos berlinenses anteriores, que conhecera quando ainda estava vinculado ao trabalho de Inteligência e não tinha poderes executivos” (ARENDT, 2003, p. 122).

Eichmann explicara que, “a partir do momento em que fora encarregado de efetivar a Solução Final, deixara de viver segundo os princípios Kantianos, que sabia disso e que se consolava com a ideia de que não era mais “senhor dos seus próprios atos “, de que era incapaz de “mudar qualquer coisa “(ARENDT, 2003, p.200).

O ex-nazi tinha “razões pessoais “para não odiar os judeus, aliás, ele gabava-se “de suas boas relações com os funcionários judeus “(ARENDT, 2003, p.96) e “seus primeiros contactos pessoais com funcionários judeus, todos eles bem conhecidos sionistas de longa data, foram inteiramente satisfatórios “(ARENDT, 2003, p.97).

Eichmann afirmou ter uma vida desconhecida depois da segunda guerra mundial, ele “teria de viver uma vida difícil e sem liderança, não receberia diretivas de ninguém, nenhuma ordem, ...” (ARENDT, 2003, p.87). O ex-nazi não entrara para o partido por convicção, como também não conhecia o seu programa, como também nunca lera “A Minha Luta “. Ele preferia ser enforcado “do que viver a vida discreta e normal de vendedor viajante da Companhia de Óleo a Vácuo” (ARENDT, 2003, p.89).

Eichmann sabia organizar e negociar, nomeadamente acordando negociações com os representantes das comunidades judaicas, que ele teve de libertar da prisão, uma vez que o “zelo revolucionário “da Áustria havia resultado na prisão de judeus importantes.

Assim que isso era estabelecido, Eichmann já não precisava de convencer esses judeus de que a emigração era desejável.

O ex-nazi, no julgamento em Jerusalém, revelara uma incapacidade para falar fruto da sua incapacidade para pensar, isto é, de se colocar no ponto de vista da outra pessoa; desse modo, há uma incapacidade inviabilizadora entre o sentir e o pensar, o que levou, no caso de Eichmann, a consequências moralmente desastrosas e inquietadoras que tornaram o possível o mal. Esse, para Maria José Cantista, é resultado do esquecimento, mas também fruto da sua banalização e radicalização. Como Maria José Cantista diz:

*Este mal, não é, na sua essência, resultante da culpabilidade, até porque, quando o homem foi efetivamente capaz de um mal absoluto fechou-se o ciclo da história do homem culpável, encetando-se a história de um ser desumanizado, ou seja, tutelado pela lógica férrea de um sistema concentracionário regido pelo lema de que tudo é possível*⁴.

Para Maria José Cantista, o mal é a ausência de pensamento, o qual é responsável pela distinção entre o certo e o errado. É a opinião que permite a inserção no mundo, sendo sinónimo de liberdade. Como diz Maria José Cantista, «Viver é habitar o mundo, e este só está a salvo pela prática da opinião, viabilizadora do pensamento, expurgador do mal». Para esta autora, é o esquecimento da contingência que traz o mal ao mundo, incluindo a sua banalização e radicalização. Essa banalização impede que o homem se ouça a si próprio, tornando-o irresponsável. Essa irresponsabilidade está ausente de um profundo sentido ético, a partir do qual consegue-se distinguir as referências do bem e do mal, ou do certo e do errado.

O mal é o resultado da ignorância de si mesmo e do mundo. *O mal remete afinal para uma questão cognitiva, inviabilizou a faculdade mediadora entre a pura razão e a pura sensibilidade, que estabeleceu um hiato entre a teoria e a prática*⁵.

⁴ Cantista, M.J.- O Mal: sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.20.

⁵ Cantista, M.J.- O Mal: sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.21.

A liberdade é aquela dimensão que impede o mal de surgir, através dela surge a necessidade da responsabilidade, uma necessidade que deveria obedecer ao coletivo, a toda a comunidade.

É ao mundo que devo a minha identidade: não numa liberdade de intenção, do foro da interioridade subjetiva, mas de uma liberdade de ação, decantada na efetividade e objetividade dos feitos pelos quais respondo ou alguém tem de responder perante mim⁶.

De facto, essa liberdade de que Maria José Cantista fala é uma liberdade que nada tem que ver com a passividade, mas com a atividade, com o facto de o homem vir a agir.

Para Cantista, a radicalidade do mal diz respeito à dimensão especulativa, sendo que «no totalitarismo desaparece o espaço político, o espaço comum da opinião, e o pensamento sucumbe, quando relegado à pura interioridade do indivíduo». Hannah Arendt, para Maria José Cantista, teria de redefinir a questão do mal e colocá-la em perspetiva relativamente aos perigos que ameaçam as sociedades democráticas no século vinte e um.

O totalitarismo procura dar resposta a tudo uma vez que se constitui como ideologia, ideologia essa que é independente da experiência e dos factos, seguindo uma lógica dedutiva. O homem no regime totalitário perdeu qualquer convicção política ou mesmo interesse. É o homem supérfluo que vai aderir ao partido, sendo que essa condição de homem supérfluo advém de uma experiência absoluta de não pertença ao mundo.

Conceitos como certo e errado são suprimidos pelo regime totalitário, estabelecendo-se um poder arbitrário que a todos alcança, e como esses mesmos conceitos morais aniquila-se também um dos mais importantes direitos humanos, isto é, o direito à pluralidade.

⁶ Cantista, M.J.- O Mal: sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt, Revista de Filosofia, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.24.

O NAZISMO E A CONTEMPORANEIDADE

De certa maneira, as previsões de Arendt confirmaram-se, uma vez que se testemunhou, a partir dos anos 70 do século vinte, uma crescente superfluidade da população mundial, o que muito veio contribuir a crise económica mundial de 1973, surgida pela Guerra do petróleo. Essa mesma crise levou à diminuição drástica dos postos de trabalho. Mas também ocorreram outras variadas crises financeiras internacionais que fizeram com que se adotasse medidas económicas neoliberais, diminuindo o peso económico e social dos Estados.

Muitos dos países menos desenvolvidos passam ainda por uma “crise de ajustamento”, fazendo com que haja uma significativa porção da população a procurar melhores condições de vida.

Como diz Claude Polin, “mesmo que a interpretação do totalitarismo esteja exata, não devemos, evidentemente, concluir que ele é uma fatalidade no mundo moderno” (POLIN, 1982, p.112). Mas o totalitarismo ainda é um perigo para as sociedades contemporâneas, por se acreditar que eles já não são mais possíveis.

É provável que as sociedades atuais se encontrem num “estado atomizante”, mas sem fazerem pontes com as massas. Um caminho para fazer surgir mais uma vez os regimes totalitários parece ser aquele do individualismo egoísta dos cidadãos de forma a atomizá-los.

Com o desfecho da Segunda Guerra Mundial, começou a haver uma necessidade crescente de tratar a questão dos migrantes, sendo que em 1949 foi criado o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, que tinha como objetivo encontrar soluções duradouras para a questão dos refugiados. Essa exigência prende-se com o facto de os refugiados não possuírem proteção nos seus países de origem.

Para Hannah Arendt, o convívio na sociedade de massas tornou-se insuportável devido à estranheza causada pelo declínio da esfera pública.

Pois uma sociedade de massas nada mais é que aquele tipo de vida organizada que automaticamente se estabelece entre seres humanos que se relacionam ainda uns aos outros, mas que perderam o mundo outrora comum a todos eles⁷.

Ainda que na atualidade haja um crescimento de partidos xenófobos de extrema-direita, não se acredita que tal facto se possa resumir no surgimento de movimentos totalitários. Um exemplo claro disso são os genocídios cometidos em África durante os últimos 30 anos, sem que com isso, nesses países, haja uma formação de estados totalitários.

Para Arendt, as ditaduras africanas, e mesmo em alguns países latino-americanos constituem aquilo que Arendt designa por tirania ou ditadura, isto é, formas de governo distintos da novidade totalitária.

Existem algumas previsões de Arendt que não se cumpriram, nomeadamente as suas previsões para o caso indiano, uma vez que até hoje a Índia vive sob a forma de um governo democrático. Mas o caso chinês aproximou-se bastante das previsões arendtianas de governo totalitário, sendo que os acontecimentos que marcaram a China daquele tempo davam razão a Arendt. A prática comunista daquele período assemelhava-se ao da Rússia Soviética durante a liderança de Estaline, nomeadamente com a perseguição, prisão e extermínio de milhões de pessoas, incluindo a criação de campos de trabalho forçado, culto do líder e mobilização das massas supérfluas. De modo muito idêntico a Stalin, Mao Tsé Tung levou a sucessivos expurgos dentro do partido comunista, eliminou qualquer tipo de oposição e ampliou a sua perseguição a pessoas objetivamente “inocentes”.

A Revolução Cultural implementou o terror na China, e substituiu a ditadura comunista pelo governo totalitário. Mas com a entrada na cena política por Deng Xiaoping, a China abriu-se para o Mercado exterior adotando a “economia socialista de Mercado”.

Também a experiência comunista no Camboja foi ao encontro da definição arendtiana, uma vez que nesse país foi cometido um genocídio de milhões de pessoas, e

⁷ (ARENDT, 2000, p.388)

inclusive criaram-se campos de extermínio e um governo de massas supérfluas dominadas pelo terror.

Parece que as previsões de Arendt dos surgimentos de novos totalitarismos no mundo contemporâneo estavam certas, sobretudo nos populosos países asiáticos, cuja economia se traduz em desemprego estrutural e dominadas por um cunho neoliberal num mundo onde impera o capitalismo.

A crescente competitividade, que faz parte do individualismo consumista, fez surgir graves problemas contemporâneos que se juntam à já intensa superfluidade de descontentes e de pessoas que vão contra o status estabelecido, fazendo aparecer massas desenraizadas, o que cria um clima aberto ao fenómeno totalitário.

A extrema-direita é convencionalmente associada ao irracionalismo, nacionalismo, defesa dos valores e instituições tradicionais, intolerância à diversidade, seja ela cultural, étnica ou sexual, anticomunismo, machismo e, por ultimo, violência em nome da defesa de uma comunidade ou raça considerada superior. A extrema direita distingue-se da direita convencional pela intolerância e violência das suas acções, sendo que nem todo o movimento extremista, seja de esquerda ou de direita, pode ser chamado de fascista.

O fascismo configurou-se como uma experiência histórica crucial da barbárie, uma vez que se deu no mesmo solo ocidental que fez crescer o projeto civilizatório da modernidade, baseado na razão, no Estado laico e no humanismo. E porque a estratégia de isolamento e competição continuam a atuar de forma intensa, ainda se fazem sentir os efeitos desumanizantes do totalitarismo na atualidade. Torna-se, desse modo, crucial repensar os modelos de governo, para, com isso, dar uma maior participação política aos cidadãos. Assim, pretende-se também criar a necessidade de abrir-se à participação política.

Para Arendt, as diversas formas de governo são suscetíveis de desencadear movimentos totalitários. Um dos principais fatores que contribuem para isso é o de que as massas, que estão no centro do totalitarismo, se fazem presentes nas democracias, repúblicas, monarquias e tiranias. Essas massas, que são tão apropriadas pelos regimes totalitários, desempenham um importante “não papel” em outros regimes, uma vez que o desinteresse político é aquilo que faz acionar a máquina do domínio totalitário. E Arendt

dá o exemplo da democracia para mostrar que determinadas características do totalitarismo podem ser usadas no controlo de massa em regimes democráticos e republicanos; Segundo Arendt, a grande maioria das populações encontra-se silenciosamente repousada, adormecida, sendo que esse sono permite pôr em prática a dominação total, ou, pelo menos, fazer com que surja uma situação de atomização dos cidadãos, o que tal já contribui bastante para o movimento totalitário.

Como as pessoas se encontram indiferentes em relação às questões políticas, elas tornam-se presas fáceis diante dos governos que querem aprovar medidas de controlo e manipulação.

É possível que as sociedades atuais se encontrem num “estado atomizante”, mas sem originarem as massas. Um caminho praticado para atingir esse “estado atomizante” será alimentar o individualismo egoísta dos cidadãos.

O espaço público não é ocupado pelo homem da massa e, como tal, experimenta um vazio de ação que o transforma em solo fértil para a prática do controlo, o que quer dizer que a inércia das massas no cenário público leva à manipulação total. Essa manipulação pode ser observada contemporaneamente nos vários regimes políticos. Um desses exemplos é aquele a partir do qual se observa que na Alemanha nazi e nas civilizações atuais as democracias são suscetíveis de uso por parte dos movimentos extremistas uma vez que não podem evitar um conjunto de divergências. Então, usar as massas com o objetivo de chegar ao poder por meios democráticos é uma das principais estratégias do aspirante a governante totalitário, o que comprova a fragilidade dos sistemas democrático e republicano.

O Estado existe para garantir o bem-estar dos seus cidadãos, fazendo o possível para trazer as condições necessárias de boa vivência a esses mesmos, e quando a máquina estatal se encontra inerte, abdica dos seus poderes, dando a aparência de nada fazer pelos seus membros.

As sociedades democráticas e estratificadas são potencialmente totalitárias, uma vez que todas as classes sociais compartilham de determinadas e silenciosas convicções, sendo que tais convicções transformam as classes numa massa amorfa.

O totalitarismo exige processos de despovoamento, e tal facto pode ser fatal para os países onde impera o capitalismo, modelo económico global, onde é a pura força de trabalho de homens e mulheres que mantém os importantes índices de crescimento económico

Arendt “não está satisfeita com a noção convencional dos Direitos Humanos, nem com as atuais políticas de defesa da vida, sobretudo porque essas mesmas políticas não são capazes de levar a cabo o que pretendem, sendo que a noção tradicional dos Direitos Humanos não foi capaz de assegurar, até aos nossos dias, a realização do conteúdo das suas cartas” (AGUIAR; PINHEIRO; FRANKLIN, 2006, p.273).

Quando se pensa no discurso atual de defesa da vida tende-se a pensar quase exclusivamente no aspeto biológico, mas isso seria reduzir a dimensão do humano, porque, para além daqueles aspetos básicos que compõem o humano, como comer ou dormir, há também uma importante dimensão ligada à criatividade, que não pode ser descurada de todo. Através dessa criatividade, o homem pode ouvir e ser ouvido, para além de poder pensar e criticar

Contemporaneamente, a vitória de Donald Trump fez surgir um abalo no cenário político internacional. A vitória daquele “era uma desconcertante inversão ou reversão da mundialização económica e ética na primeira potência do planeta, até ali o seu principal agente e garante”. (PINTO, 2017, p.297). De alguma forma, o que ajuda a explicar a vitória de Trump nas eleições americanas é o descontentamento geral com o presente e com o status quo estabelecido. Essa vitória de Trump fora contestada por um conjunto de intelectuais, cientistas bem como artistas de Hollywood, tudo gente bem-pensante. O que estava em causa era a identidade ou identidades da América, isto num momento em que boa parte da América” sentia-se ameaçada nos seus valores religiosos e morais, na sua identidade histórico-cultural, na sua renda familiar, no seu emprego, na sua reforma, no seu estatuto social” (PINTO, 2017, p.298). E Trump era muito diferente dos habituais líderes conservadores, apresentando-se como uma figura que queria ir ao encontro das emoções das pessoas, apresentando um discurso mais próximo do povo.

Como Jaime Nogueira Pinto refere, “Essa América olhava para a promoção dos outros americanos, fundada por vezes em justas e razoáveis reivindicações de situações

de opressão e humilhação passadas ou recentes, como uma forma de “discriminação positiva” que a atingia⁸” e acrescenta ainda que “Esses americanos olhavam para os projetos da “nova maioria democrática emergente” como uma forma indireta de os marginalizar e subjugar para sempre⁹”. .

⁸ (PINTO, 2017, p.299)

⁹ (PINTO, 2017, p.299).

CONCLUSÃO

Hannah Arendt foi um dos mais importantes pensadores políticos do século vinte; a sua originalidade prende-se com o facto de ter abordado de uma forma singular o fenómeno totalitário, que foi inédito na história da humanidade. Arendt foi também uma autora de compromissos, que sempre soube valorizar a importância da amizade e da ação no espaço público. A sua análise do totalitarismo granjeou-lhe autoridade intelectual e, acima de tudo, permitiu-lhe chegar a posições polémicas, não sem estabelecer os seus refratores, como personalidades judaicas que acusaram a autora de ser parcial e por, de alguma forma, desculpabilizar Eichmann pelas suas ações na segunda guerra mundial. O mal radical assume, então, uma importante dimensão no pensamento de Arendt; é um mal que se tornou banal e que não permitia que, por exemplo, Eichmann questionasse o seu papel na logística dos transportes na segunda guerra mundial. Afinal de contas, esse mal radical e banal, tal como Arendt o define, foi responsável pela morte de milhões de pessoas, cavando um abismo dificilmente ultrapassado no século vinte.

A guerra é um tempo em que desaparece qualquer sinal de esperança, e qualquer acordo de paz que seja estabelecido serviu apenas para embelezar o sentido da política, pois sabe-se o quão pérfidos eram as intenções dos líderes totalitários; ao mesmo tempo, e apesar de uma clara parcialidade nas análises de Arendt, nota-se um compromisso com a denúncia das atrocidades cometidas pelos regimes totalitários e também uma tentativa única de fazer valer os direitos humanos, tão postos em causa naquele tempo como também na atualidade. O respeito pelo próximo, tão caro ao cristianismo, é um ideal que Arendt vai chamar a atenção, apesar de uma clara visão agnóstica da autora. Arendt é sobretudo uma autora humanista, e isso percebe-se na prosa que vai construindo.

Para a autora, a política faz com e pelo outro, sendo através da ação que o homem se dá a conhecer no espaço público, e sabe-se o quanto esse espaço público, pelo qual através do discurso se cria uma determinada representação política, foi gravemente abalado pelos propósitos totalitários. Afinal de contas, a pluralidade humana tinha sido rejeitada e só as pessoas que já estavam descrentes encontraram um sentido no

totalitarismo.

Nunca antes a humanidade tinha sido tão posta à prova, sendo que o totalitarismo criou uma massa de homens isolados que já não tinham a capacidade de prever o curso das suas ações, mas o terror totalitário é implementado de forma a não haver um novo começo que despolette um novo pensamento, o qual iria contra o status estabelecido. Desse modo, há uma ordem estabelecida pelos regimes totalitários que rejeita qualquer novo pensamento, aquele que surge, por exemplo, do nascimento.

Qualquer movimento entre os homens foi impossibilitado, e a realidade que melhor ilustra essa situação é o Holocausto, que aniquilou qualquer tipo de emoção e comunicação; o Holocausto tinha como objetivo tornar o homem de tal modo supérfluo ao ponto de o estabelecer numa categoria inferior ao dos animais, eliminar neles qualquer resquício de humano, para, desse modo, tentar criar um cenário completamente desconhecido para as vítimas. Afinal de contas, elas mal sabiam onde estavam e para onde iam, dada a incapacidade de pensarem e sentirem.

A brutalidade das câmaras de gás é uma realidade dificilmente imaginável, isto num momento em que seria muito mais fácil para os oficiais nazis deixarem morrer os judeus nessas mesmas câmaras de gás do que matar pelas suas próprias mãos as vítimas, uma vez que isso teria um impacto psicológico nos próprios soldados.

O sistema nazi instala o terror quando toda a oposição é eliminada, sendo que o terror define o sistema totalitário, e nunca se poderia ter conhecido o mal radical sem o terror total. Esse terror total implanta um conjunto de instituições e valores de tal modo diferente dos outros que jamais eles podem ser suportados e explicados pelas categorias utilitárias tradicionais.

A miséria do totalitarismo é política, social e económica, resultado do mal radical, que por sua vez foi possível quando todos os homens se tornaram supérfluos, sendo que os regimes totalitários exigem poder ilimitado, o qual só é possível se os homens forem dominados em todos os aspetos da sua vida.

Havia uma clara vontade em os países democráticos estabelecerem acordos de paz com os estados totalitários, mas essa mesma vontade não ia ao encontro das reais intenções dos líderes, em que, como diz Arendt, os «erros cometidos pelo mundo não

totalitário nas suas negociações diplomáticas com os governos totalitários resultaram da aplicação da experiência e do bom senso a situações em que se haviam tornado obsoletos» (ARENDT, 2016, p.520).

Para Viktor Frankl, neurologista, psiquiatra e sobrevivente do Holocausto, há uma relação direta entre a sobrevivência nos campos de concentração e a esperança que os judeus tinham em encontrar no futuro os seus familiares, isto é, quanto maior fosse essa esperança maior seriam as hipóteses de os judeus sobreviverem. Por isso, a dimensão psicológica era muito importante na questão da sobrevivência.

O sistema totalitário visa, como refere Arendt, criar um «rompimento consciente com aquele consensus iuris que, segundo Cícero, constitui um «povo» e que, como lei internacional, tem constituído o mundo civilizado nos tempos modernos...» (ARENDT, 2016, p.612). Para o sistema totalitário, a Humanidade é a encarnação da lei, sendo que «todas as leis se tornam leis de movimento» (ARENDT, 2016, p.613).

Para o sistema totalitário o que importa é que as suas vítimas não consigam distinguir entre a ficção e a realidade, sendo que há uma clara relação entre o isolamento e a impotência, uma vez que só em conjunto os homens são capazes de agir. O terror ganha força quando os homens «se isolam uns contra os outros» (ARENDT, 2016, p. 628), e um dos objetivos do governo totalitário é precisamente criar esse isolamento, pois se tal isolamento não existir ainda continua a persistir aquela oposição que tão perigosa é para os regimes totalitários. Desse modo, ficar isolado significa ficar impotente, pelo que a capacidade de ação e do discurso ficam como que aniquiladas. Sabemos o quanto essa condição está presente na modernidade, que faz com que os homens não reivindiquem os seus direitos, ficando despersonalizados.

O sistema totalitário soviético é particularmente interessante, uma vez que as vítimas têm que confessar crimes que nunca cometeram, e a sua lógica é aquela segundo a qual o partido tem sempre razão; sem a punição desses supostos crimes a lei da história não pode evoluir. Quando se faz cumprir a lei da história, aniquila-se a liberdade, entendida aqui como uma dimensão que permite o movimento entre os homens. O mecanismo ativado pelos regimes totalitários funciona quando «as pessoas perdem o contacto com os seus semelhantes e com a realidade que as rodeia» (ARENDT, 2016,

p.627).

O terror de que Arendt fala abala o sujeito singular e concreto, aniquilando as suas estruturas de pensamento, resultado de um pensamento maligno que faz desaparecer as distinções entre certo e errado, bem e mal, pensamento maligno esse que não restaura o senso comum e o bem comum, antes retira do homem a sua habitual capacidade de discernir, de fazer o que é melhor para ele e para os outros, deitando por terra qualquer possibilidade de ação e de discurso, por isso, de desenvolvimento da democracia. A democracia fica, desse modo, posta em causa, e em que o indivíduo se vê, subitamente, numa onda de superfluidade que a todos contagia. Essa superfluidade é o resultado do terror, juntamente com a banalidade do mal que faz do ser humano um ser dispensável para os assuntos políticos. Evidentemente a superfluidade de que se fala é incontornável no século vinte, no meio do terror vivido, e cuja estrutura não pode ser comparada às dos séculos anteriores.

Uma das formas de tornar o homem supérfluo é através do seu desenraizamento, do seu isolamento, este último que se constitui como uma condição básica para a desolação. Na velhice, a desolação aumenta consideravelmente, e constitui-se como a experiência comum das massas no nosso século.

BIBLIOGRAFIA

- ARENDT, H. (2001), *A Condição Humana*, Relógio d'Água Editores, Lisboa;
- ARENDT, H. (2016), *As Origens do Totalitarismo*, Publicações Dom Quixote;
- ARENDT, H. (2004), *Eichmann em Jerusalém*, Tenacitas, Lisboa;
- ARENDT, H. (2006), *Entre o Passado e o Futuro*, Relógio d'Água Editores, Santa Maria da Feira;
- CANTISTA, M.J. (2001) - *O Mal: Sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt*, Revista da Faculdade de Letras: Filosofia, série II, Vol.18, Porto;
- CANTISTA, M.J. (2001) - *O Mal: Sua banalidade e radicalidade em Hannah Arendt*, Revista da Faculdade de Letras: Filosofia, série II, Vol.18, Porto;
- LEONE, C. (2008), *O socialismo nunca existiu?*, Edições Tinta-da-China, 1ª Edição, Lisboa;
- POLIN, C. (1982), *O Totalitarismo*, Editorial Inquérito, Lisboa;
- JEFFREY, I. (2016), *How Hannah Arendt's classic work on totalitarianism illuminates today's America*, The Washington Post, 17 Dezembro;
- KANT, I. (2016), *Crítica da Faculdade de Juízo*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda;
- NEVES, J. (2008), *Comunismo e Nacionalismo em Portugal*, Edições Tinta-da-China, Lisboa;
- PINTO, J.N. (2017), *Bárbaros e Iluminados-Populismo e Utopia no século XXI*, Publicações Dom Quixote;

